



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 34

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 19 de outubro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

Sumário:

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada às Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Presidente da Assembleia deu início à reunião com a discussão dos seguintes pontos:

- [Projeto de Resolução n.º 14/XI – “Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptomérias, em estado de maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Dando continuidade ao debate, proferiram intervenções os Deputados João Corvelo (*PCP*) e António Almeida (*PSD*), a Deputada Graça Silveira (*CDS/PP*), o Deputado Bruno Belo (*PSD*), bem como o Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XI – “Determina a inclusão da opção vegetariana nas refeições nas cantinas públicas e noutras entidades financiadas por fundos públicos”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Feita a apresentação do projeto de DLR pelo Deputado António Lima, intervieram no debate a Deputada Sónia Nicolau (*PS*), o Deputado Bruno Belo (*PSD*), as Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*) e Zuraida Soares (*BE*), e ainda o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Colocado à votação, o diploma foi rejeitado.

Finalizando a discussão deste ponto, proferiram declarações de voto a Deputada Sónia Nicolau (*PS*), o Deputado António Lima (*BE*) e a Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*).

- [Petição n.º 10/XI – “Pela justiça, igualdade e dignidade no trabalho nos hospitais EPE da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada por José Herculano Vultão Rocha, na qualidade primeiro subscritor.

Apresentado o relatório pelo Deputado Bruno Belo (*PSD*), intervieram no debate o Deputado António Lima (*BE*), a Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*) e os Deputados João Corvelo (*PCP*) e José San-Bento (*PS*).

- [Apresentação do Projeto de Resolução n.º 55/XI – “Ultraperiferia – O instrumento europeu para políticas diferenciadas nos Açores”](#), pelo Grupo Parlamentar do PSD, na pessoa do Deputado António Almeida.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 54/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, a Cadeia de Apoio da Horta e a criação de um Centro Tutelar Educativo nos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Justificada a urgência pelo Deputado Luís Maurício, participaram, seguidamente, no debate o Deputado José San-Bento (*PS*) e a Deputada Zuraida Soares (*BE*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Resolução n.º 54/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, a Cadeia de Apoio da Horta e a criação de um Centro Tutelar Educativo nos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma por parte do Deputado Luís Maurício, usaram da palavra o Deputado José San-Bento (*PS*), as Deputadas Maria João Carreiro (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*) e Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), o Deputado André Bradford (*PS*) e ainda o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Após a aprovação do diploma por unanimidade, proferiram declarações de voto os Deputados Luís Maurício (*PSD*) e José San-Bento (*PS*).

- Eleição do Representante da ALRAA na Comissão de Análise e Acompanhamento do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada – PROMEDIA 2020.

Proferiu uma intervenção a Deputada Zuraida Soares (*BE*).

A Sra. Presidente da Assembleia deu por finda a reunião, após aprovação por unanimidade da proposta de deliberação que declara findo o período legislativo de outubro.

Os trabalhos encerraram às 17 horas e 32 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vamos começar pela chamada.

Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
João Luís **Bruto** da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Maria João Soares **Carreiro**
Mónica Reis Simões **Seidi**
Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**
Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Antes de iniciarmos ou darmos continuidade ao debate, eu vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 8 minutos e 52 segundos; o PS de 14 minutos e 2 segundos; o PSD de 13 minutos e 48 segundos; o CDS/PP de 5 minutos e 25 segundos; o Bloco de Esquerda de 10 minutos e 57 segundos; o PCP de 17 minutos e 56 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos, então, dar continuidade ao debate.

Estava inscrito o Sr. Secretário Regional, a quem dou a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Eu gostava, também para encerrar a minha participação e a participação do Governo neste debate, de tecer mais algumas considerações para clarificar algumas das questões que, do meu ponto de vista, não ficaram suficientemente claras no debate de ontem.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, torno a afirmar, mas não quero ser repetitivo, que, neste momento, não há condições objetivas para abrir um concurso para a venda de madeira criptoméria na ilha das Flores de forma sustentável. E não existe por quê? Porque os povoamentos estão em bom estado sanitário e em idade que podem aguardar mais alguns anos para se proceder ao respetivo corte. Ou seja, ainda estamos perante uma fase em que a madeira está num ciclo cultural economicamente viável. Aliás, há situações em que as criptomérias, mesmo entre os 40 e os 50 anos, podem ter acréscimos marginais positivos, em termos de crescimento e em termos de valorização económica. E posso dar aqui o exemplo do Japão, onde o ciclo cultural da criptoméria é de, em média, 60 anos.

Por isso, do nosso ponto de vista, não estamos numa situação conforme refere.

Depois, outra questão importante é que não há interesse manifestado por empresários privados para se proceder ao corte de madeira tendo em vista o abastecimento do mercado local. Aliás, foram autorizados pelo Governo, anualmente, cerca de meio hectare para abastecer o mercado local e, no fundo, dar resposta àquilo que são as necessidades do mercado.

Por outro lado, e a questão mais importante é que não existe na ilha das Flores capacidade instalada para cortar e transformar cerca de dez hectares de madeira, por ano, de forma sustentável. Daí que a estratégia do Governo passa por um prazo de cinco a dez anos, proceder ao rejuvenescimento da floresta, de forma sustentável, lançar uma oferta pública de madeira com base em duas condições. A primeira é que seja um produto de origem certificada pela FSC e para a exportação.

A certificação FSC representa não só uma mais valia para a nossa madeira, como também uma valorização. Aliás, os americanos que estão a importar apreciam e valorizam muito esta certificação. Por exemplo, na Holanda, neste momento, só se trabalha com madeira certificada pela FSC, daí que o caminho é este. E proceder à certificação da floresta nas Flores é um processo complexo, exigente, envolve meios e envolve custos.

Na verdade, todos os trabalhadores que trabalham na área do corte têm que estar certificados. Portanto, não adianta nós termos uma área, uma floresta certificada se as empresas que lá trabalham, se os trabalhadores que lá trabalham não estão devidamente certificados, daí a necessidade da certificação

dos trabalhadores motosserristas, como foi, ontem, aqui, referido num tom quase de brincadeira.

Deputado António Almeida (PSD): Mas há motosserras!

O Orador: Portanto, quem presta serviços de exploração, de plantação, de manutenção das áreas certificadas tem que se submeter às regras da certificação e, neste momento, claramente, não há condições objetivas para que isso aconteça na ilha das Flores. Daí que seja necessário tempo e é neste sentido que vamos trabalhar.

Por outro lado, é preciso que haja um envolvimento, se assim se pode dizer, dos empresários que queiram, eventualmente, explorar as matas de criptoméria nas Flores, para levarmos a cabo, com sucesso, esta grande empreitada.

Da nossa parte, vamos trabalhar com determinação, mas, sobretudo com o sentido estratégico, para que, nos prazos que já referi, seja possível exportar madeira de criptoméria de origem certificada pela FSC.

Gostaria também, e por fim, para terminar, de tecer algumas considerações em relação àquilo que foram as declarações da Sra. Deputada Graça Silveira, também para arrumarmos essa questão em definitivo.

Não houve, não há e nem haverá qualquer concorrência desleal entre as matas públicas e as matas privadas, Sra. Deputada. Vamos por partes.

Os diferentes concursos que a região lançou para os cortes de madeira continham duas importantes...

(Diálogo inaudível entre a Deputada Graça Silveira e os Deputados Artur Lima e Francisco César)

O Orador: Permita-me, Sra. Deputada! Depois a Sra. Deputada não ouve aquilo que eu digo e depois diz que eu faço confusão!

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Ainda não percebeu do que é que estamos falando!

Deputado Francisco César (PS): Do povo!

O Orador: Sra. Deputada, vamos dar graça a este debate, Sra. Deputada! Sra. Deputada, vamos dar graça a este debate!

Os diferentes concursos que foram lançados para os cortes de madeira...

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: ... continham duas importantes premissas. A primeira, Sra. Deputada, era madeira de origem certificada pela FSC e a segunda era madeira destinada à exportação.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Quer que eu lhe leia?

O Orador: Ou seja, nunca poderia haver concorrência desleal, visto que não houve um aumento de madeira colocada no mercado regional.

Por outro lado, vamos aos preços que a Sra. Deputada referiu e comparou. Concurso da região, quatro mil euros por hectare; preço dos privados, 15 mil euros por hectare. É verdade! Esses valores são verdade, mas há um aspeto que não se pode desprezar e não pode ser esquecido e que faz toda a diferença: é que as empresas que se apresentam a concurso têm que cumprir o caderno de encargos, que é exigente, as empresas têm que estar certificadas pelo sistema FSC e estão sujeitas à monitorização do Governo. Para além disso, há outra questão que é importante: as empresas que concorrerem aos concursos têm que proceder ao tratamento de todos os sobrantes e têm que proceder à plantação. E estas tarefas têm custos, estas tarefas ficam a cargo das empresas que concorrem aos concursos da região, enquanto nos privados é diferente, ou seja, a empresa vende a mata, vende por um preço mais elevado, mas fica à sua responsabilidade quer a plantação, quer todo o tratamento dos sobrantes e isso, Sra. Deputada, faz toda a diferença.

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Portanto, a senhora não pode vir para aqui levantar questões que têm a ver com concorrência desleal entre a região e os privados quando, de facto, não existem.

Portanto, eram esses os esclarecimentos que eu gostava de prestar.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, umas perguntas concretas para V. Ex.^a.

Em audição da comissão, o Sr. Secretário da Agricultura e Florestas afirmou que o Governo Regional estimava que, no prazo de cinco a dez anos, sejam feitas a oferta pública da madeira com o corte de três hectares por ano das matas que são propriedade da RAA, na ilha das Flores.

Sr. Secretário, por que vamos esperar cinco a dez anos, quando os pareceres da sociedade civil da ilha das Flores indicam a urgência de se atuar de forma célere? Será que essa situação é só por causa de ser um projeto de PCP? Em que data será a formação dos motosserristas? Para quando o processo de certificação das criptomérias japónicas da ilha das Flores? Quando decorrerá o lançamento dos concursos para o corte e comercialização, limpeza e replantação das matas públicas de criptoméria na ilha das Flores?

Sr. Secretário, indique-nos datas concretas, para que haja compromissos sérios, não apenas promessas vazias de um amanhã incerto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, ouvi atentamente a sua intervenção, ontem, algo estatística, fiquei logo com dúvidas relativamente ao recrutamento da informação, porquanto o Sr. Secretário Regional disse que o inventário florestal era atualizado anualmente, mas, no entanto, apenas se referiu a dados do inventário de 2007. Por que razão não se posicionou no último inventário florestal, já que eles são atualizados anualmente?

Segunda questão, para deixar aqui a nota que o Sr. Secretário Regional tenta contrariar que o facto de haver criptoméria certificada, que é exportada para os Estados Unidos, que deixa de fora o aspeto da concorrência desleal com os privados. Gostaria de lhe dizer que a madeira, neste caso a criptoméria, a floresta, é um produto comercial como outro qualquer, e, se há aqui o objetivo de valorizar esse produto por via da certificação, ele deve ter em conta quer a certificação da floresta pública, quer da floresta privada. Portanto, o objetivo deve ser o mesmo e deve o Sr. Secretário Regional interrogar-se por que razão é que há um número muito reduzido de empresas certificadas para o efeito. Das duas uma: ou o processo de certificação é demasiado complexo e exclui logo outros potenciais concorrentes para esse processo de certificação e também deve interrogar-se por que razão é que a criptoméria certificada que é exportada para os Estados Unidos é feita apenas também por um número muito reduzido de operadores.

Se o objetivo é valorizar a floresta nessa perspetiva, têm que ser criadas condições, e essa é uma competência da Secretaria e do Governo Regional, para que privados possam aceder a esses mercados, de forma valorizada, à semelhança do que acontece com a floresta pública. Este é o grande desafio da Secretaria Regional relativamente à floresta.

Concretamente relativamente à questão das Flores, o Sr. Secretário tem é que assumir que enquanto houver interesse de empresas privadas em explorar a floresta pública, mediante as regras dos concursos internacionais, em outras ilhas, não há apetência para o fazer nas Flores. Portanto, o que tem que assumir, à semelhança do que se passa com outros setores, é que, não havendo interesse em montar essa operação na ilha das Flores para a exploração, neste caso, da criptoméria, do corte, tratamento e reflorestação nas Flores, têm que assumir que não existe essa apetência. Uma das funções do Governo é criar as condições para que essa apetência possa existir, mediante, eventualmente, medidas excecionais para resolver esse problema da ilha das Flores. E isso é o que o Sr. Secretário tem que assumir, porque não pode nem consegue tratar a floresta e outros setores e outras fileiras da mesma forma ou de forma igual em todas as ilhas dos Açores. É essa a nossa riqueza, é a diferença. Agora, não podemos é desvalorizar nem pela via técnica de dar nota que o facto de a

floresta nas Flores estar num bom estado de maturação, não me diga que quando estiver num mau estado de maturação é que a secretaria vai intervir,...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Sanitário!

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: ... já de forma indevida, para resolver esse problema da floresta pública.

Mas renovo as preocupações que aqui deixei. Na ilha das Flores, cerca de metade da área é pública, metade é privada. Olho também para os privados nas Flores em simultâneo com a gestão da floresta pública na ilha, mas cria as condições para que ambas as áreas florestais sejam tratadas de forma a serem valorizadas e, no caso das Flores, a deixarem mais-valia na ilha. Isso é que é importante.

Deputado Manuel Pereira (PS): Que medidas é que são essas?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, a primeira coisa que tem que, efetivamente, assumir, é que não tem competência nenhuma nesta matéria,...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Tem!

A Oradora: ... porque o seu Governo retirou-lhe as competências da sua secretaria para gerir a fileira da madeira. A fileira da madeira, neste momento, é completamente gerida pela Azorina e, portanto, o Sr. Secretário pode desdobrar-se em explicações sobre a fileira da madeira que os açorianos agradecem. Tem ou não tem competência para, amanhã, mandar abrir o corte das matas de criptoméria nas Flores? Não tem. E mais! Se quiser, pode, e muito bem, abrir um concurso que não seja internacional. Já foi dito aqui, várias vezes, o concurso foi internacional para obrigar a exportação da madeira e não inundar o mercado local com uma desregulação total com um abate imediato de 100 hectares. Nas Flores, a dimensão é muito menor. Um dos argumentos é que saía mais barato nas Flores importar madeira. Neste momento, nós sabemos que o mercado da madeira está com uma sobrevalorização do preço da madeira pelas piores razões possíveis.

Portanto, neste momento, nas Flores, provavelmente, sai muito mais económico à região, à ilha, com o adicional de criação de emprego, abrir a possibilidade de haver abate ou corte de mata pública, onde se faça o tratamento da madeira, nas Flores, e onde se possam fazer todas as obras de carpintaria ou de construção civil com criptoméria nossa. A questão é: o que é que obriga a abertura, nas Flores, de um concurso internacional? Fez-se isso há quatro anos por razões muito específicas, não há nenhuma obrigatoriedade disso.

E, Sr. Secretário, assuma aqui, tem ou não tem capacidade, neste momento, na sua secretaria, para fazer a gestão da fileira da madeira?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, ontem, questionei o Governo, designadamente a Sra. Secretária Regional do Turismo e Ambiente, sobre uma questão que tinha a ver com a comercialização e a gestão da floresta, se o Governo tinha ou não algum estudo que conseguisse mostrar a desvalorização que as matas sofriam após passarem o seu estado de maturação. Neste momento, não vejo a Sra. Secretária na bancada do Governo, continuo à espera da resposta e, obviamente, aguardarei até que a Sra. Secretária me a possa dar ou outro Membro do Governo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, eu não quero ser repetitivo, mas pelos vistos não percebeu.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Está a ser!

O Orador: A questão de colocar ou não colocar...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi sempre repetitivo!

O Orador: ... à venda um lote de madeira, aliás, eu deixo claro que a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas tem todas as competências legais para o fazer, se assim não fosse, já não teria procedido ao lançamento de um concurso para 150 hectares, este ano, em São Miguel, e já estamos a preparar, Sra. Deputada Graça, um novo concurso para...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Mas afinal está a cargo da Azorina ou da Secretaria Regional? Tem que explicar isso à casa!

O Orador: ... 350 hectares também de madeira na ilha de São Miguel. A questão tem a ver, essencialmente, com falta de capacidade instalada, ou seja, não há capacidade instalada, não há empresas que tenham capacidade para transformar a quantidade de hectares que é preciso fazê-lo de forma sustentável no sentido de valorizar a madeira que exista na ilha das Flores, e, por outro lado, quando se diz que ainda não está ou que não está numa fase crítica, a madeira, não quer dizer que o Governo vá fazer o lançamento quando isso acontecer, porque os dados que nós temos em termos dos povoamentos, em termos de idade, estamos ainda muito longe disso acontecer. Agora, o que é preciso e o que é importante é haver aqui um período de preparação, quer do

ponto de vista de certificação, quer do ponto de vista de sensibilização de empresários para investir nas Flores, para instalar serrações com dimensão adequada para permitir a serração entre dez a 13 hectares por ano, de forma sustentável, é preciso encontrar mercados para isso e esse trabalho tem de ser feito. A gente não pode lançar o concurso só para agradar o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, porque, na prática, não vai ter resultados e é isso que o Sr. Deputado tem que perceber. Ou quer perceber ou não quer. Mas isso, aí, é uma opção que fica para o Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Almeida, aquilo que eu disse, aqui, ontem, posso ter sido mal interpretado, é que o plano que nós temos, o inventário que nós temos da floresta dos Açores é um inventário que data de 2007, tem dez anos, o documento que foi produzido, agora, todos os anos, ele é alimentado, ele é atualizado com aquilo que são as transformações que ocorrem na floresta, quer em termos de novos projetos, quer em termos de cortes. Portanto, tudo isso está a ser atualizado na base de dados. Por isso é que eu referi, aqui, ontem, que nós, em 2019, vamos publicar uma nova atualização ao inventário regional. Portanto, foi isso que eu quis dizer, que é um documento, naturalmente, estratégico e importante para quem vai investir nessa área.

Portanto, a questão dos privados e da certificação, os privados, se assim o desejarem e, aliás, há já empresas que se estão a certificar, com o apoio do Governo, porque o Governo, em 2010, desenvolveu uns estudos de base exigidos pela FSC, no fundo, faz uma avaliação do risco ambiental, que é válido para toda a região, e isso permite, por um lado,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino.

... que o Governo disponibilize este documento e que facilita a vida aos empresários que se queiram certificar, e esse documento existe e há empresas que estão a concorrer e estão, cada vez mais, sensibilizadas para a importância da certificação, porque sabem se se certificarem, dá-lhe outras oportunidades no mercado e, portanto, aquilo que é a estratégia do Governo é, ao fazer esses concursos tendo em vista e exportação, isso permite que, no futuro, outras empresas privadas também exportem em grande extensão para outros mercados, e só assim se consegue uma valorização da madeira. Portanto, é nesse sentido que estamos a trabalhar e é nesse sentido que vamos continuar a trabalhar, por mais críticas que a oposição faz, que são legítimas e democraticamente aceitáveis.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, fizemos quatro perguntas concretas nesta sessão, não houve uma única resposta (uma única resposta!) por parte do Sr. Secretário Regional da Agricultura. Demonstra bem a falta de respeito...

Deputado António Almeida (PSD): Não é falta de respeito, é de informação!

O Orador: ... que existe em relação à Representação Parlamentar do PCP, neste Parlamento.

Deputado André Bradford (PS): Houve resposta! Quatro minutos!

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Nenhuma! Não houve uma única resposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo, como quase vem sendo hábito, esgotou o seu tempo e não deu as respostas que lhe foram solicitadas, mas eu também entendo que o Sr. Secretário, neste momento, não esteja em condições de poder responder àquilo que lhe perguntei e não esteja em condições porque verdadeiramente o Sr. Secretário não tutela a Azorina. E a pergunta que fiz foi à Sra. Secretária que tutela a Azorina e que nós, na legislatura passada, tivemos aqui a aprovar a alteração dos estatutos da Azorina para que esta pudesse passar a comercializar, a gerir o corte e a comercialização da floresta regional. Ora, o que é que nós temos aqui? Temos uma incompatibilidade objetiva entre a tutela da Azorina e a tutela das florestas. Quem tutela as florestas não tutela a gestão e a comercialização destas mesmas florestas.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Tal e qual! É verdade, sim, senhor!

O Orador: E essa é que é a questão, Sr. Secretário.

Neste momento, nós, o que fizemos aqui, na legislatura passada, foi uma fantochada e, hoje, o Sr. Secretário, quando tutela as florestas, não nos pode dizer como é que vai fazer a gestão dessas florestas, como é que vai fazer a comercialização dessas florestas. Portanto, há aqui uma incompatibilidade orgânica objetiva que dificulta toda a gestão e comercialização da floresta regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Chame o Sr. Secretário à comissão! Se quer ser esclarecido, chame o Sr. Secretário à comissão! Está feito o desafio!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quando o Sr. Secretário esteve na comissão nem sabia quem tutelava as florestas, veja lá!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Secretário Regional pediu a palavra para?

(*Apartes inaudíveis da câmara*)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

(Apartes inaudíveis da câmara)

(Pausa)

Presidente: Posso?

Sr. Secretário Regional, neste momento, só poderá usar da palavra para uma interpelação à Mesa. Não sei se afigura para este momento do debate.

Uma interpelação à Mesa, Sr. Secretário? Tem a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): *[Corte]* ... que, naturalmente, o Governo está disponível e eu próprio estou disponível para, em sede de Comissão de Economia, prestar todos os esclarecimentos...

Deputado António Almeida (PSD): Está combinado!

O Orador: ... que sejam necessários sobre essa matéria. Agora, o que é preciso ficar claro é que o Governo não foge às perguntas e não foge às questões.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Fica registada a sua interpelação.

Deputado Luís Garcia (PSD): Tivesse respondido aqui!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): O Secretário não faz o Regimento! Os senhores deem mais tempo para o Governo falar! Os senhores têm a faca e o queijo na mão!

Deputado Paulo Parece (PSD): Deixem-se de demagogia durante o debate e usem o tempo que dispõem para responder às perguntas que são colocadas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados!

(Pausa)

Sr. Deputado Bruno Belo, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Era para solicitar à Mesa que distribuísse pela Câmara o Diário das Sessões e o diploma da legislatura anterior que corresponde à alteração dos estatutos da Azorina.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): A gente não precisa!

Presidente: Será requerido e, depois, distribuído.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

(Pausa)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS; 19 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Avançamos, agora, para o ponto 4 da nossa Agenda: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XI – “Determina a inclusão da opção vegetariana nas refeições nas cantinas públicas e noutras entidades financiadas por fundos públicos”. Este projeto de DLR foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE e, para a apresentação do diploma, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projeto de DLR que o Bloco de Esquerda, hoje, traz a discussão e que determina a inclusão da opção vegetariana nas cantinas e em outras entidades financiadas por fundos públicos vem ao encontro das expectativas de muitos encarregados de educação, de alunos, de pessoal docente e não docente das cantinas escolares, bem como de muitos utentes de outras cantinas e refeitórios públicos e financiados com fundos públicos.

Com este projeto de DLR o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda Açores procura também dar resposta à petição “Pela inclusão de uma alternativa vegetariana nas cantinas e refeitórios das escolas da região”, discutida na sessão plenária de julho desta Assembleia, que reuniu mais de 800 assinaturas e que defendia que as cantinas e refeitórios das escolas fornecessem uma alternativa vegetariana.

Consideramos também importante lembrar que, por iniciativa do Bloco de Esquerda e de outros partidos, foi debatido e aprovado na Assembleia da República, com a abstenção do PSD e do CDS, um projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de existência de opção vegetariana nas ementas das cantinas e refeitórios públicos e que deu origem à Lei n.º 11/2017, de 17 de abril.

Esta lei já se encontra em vigor, mas não se aplica à Administração Pública Regional. A adaptação à região que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou e que hoje se discute procura ser ainda mais abrangente do que a lei aprovada na Assembleia da República, incluindo no seu âmbito de aplicação não apenas as cantinas públicas, mas também cantinas apoiadas com fundos públicos, como são, por exemplo, as cantinas das misericórdias, IPSS, que, muitas, vezes, prestam um serviço público.

Consideramos que esta maior abrangência é fundamental para permitir que se chegue a um maior número de utentes de serviços públicos, sendo que muitos destes são prestados por entidades privadas, como são as misericórdias, IPSS, com contratos de cooperação com o Instituto da Segurança Social dos Açores.

Existe um número crescente de pessoas que optam pelo vegetarianismo, padrão alimentar que exclui a carne e o peixe, ou por outros padrões alimentares semelhantes como o ovolactovegetariano.

As razões que levam cada um ou uma a fazer essa opção são diversas e vão desde questões de saúde, passando pelas razões ambientais, por razões de ética animal ou por qualquer outra razão. O que é facto é que o número de adeptos deste padrão alimentar é crescente.

Na restauração, a oferta deste tipo de refeições e até o número de restaurantes vegetarianos tem aumentado de forma significativa. As cantinas públicas devem, assim, acompanhar os hábitos alimentares da população e dar resposta a esta diversidade e à procura existente, incluindo na sua oferta a opção vegetariana.

A Direção Geral de Saúde, na sequência da estratégia do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, lançou, recentemente, dois manuais dedicados à alimentação vegetariana, com o intuito de promover a informação disponível de saúde sobre os benefícios do consumo de produtos de origem vegetal e o seu papel na prevenção de doenças, nomeadamente nas doenças crónicas, como a doença cardiovascular, oncológica, diabetes e obesidade.

Segundo o manual para a alimentação vegetariana em idade escolar, da Direção Geral de Saúde, quando bem planeada, uma alimentação vegetariana pode oferecer a energia e os nutrientes necessários para crianças e adolescentes de todas as idades.

Segundo o mesmo manual, a dieta mediterrânica utiliza diversos produtos de origem vegetal e preparações culinárias ajustadas ao nosso paladar, que podem ser incluídas num padrão alimentar vegetariano, com a devida adaptação e preparação.

A Direção Geral de Saúde considera, ainda, que a alimentação tradicional portuguesa inclui na sua constituição uma grande quantidade e diversidade de produtos hortícolas, desde couves, ervilhas, feijão, arroz e batata. O azeite é, segundo a nossa tradição alimentar, a principal fonte de gordura e é ainda comum a utilização de frutos ricos em gordura, como a amêndoa e as nozes.

Para a Direção Geral de Saúde uma alimentação vegetariana que recorra a produtos sazonais pouco processados poderá, ainda, ser mais económica do que o padrão alimentar tradicional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A inclusão da opção vegetariana nas refeições das cantinas públicas prevista neste projeto de DLR atribui, assim, aos utentes das cantinas públicas e financiadas por fundos públicos dos Açores os mesmos direitos dos utentes no continente no que diz respeito à variedade de oferta.

Na verdade, na ausência desta opção, quem opta por um padrão alimentar vegetariano não encontra oferta nas cantinas públicas dos Açores, sendo obrigado a alimentar-se em outros locais, o que constitui uma discriminação que não é, de todo, aceitável.

Na prática, já existem várias cantinas e refeitórios públicos que disponibilizam regularmente a opção vegetariana nos seus refeitórios e cantinas. Apesar disso, a existência da obrigatoriedade dessa disponibilização em todos os refeitórios e cantinas públicas dará uma maior consistência e alcance a esta medida, que deixa de ficar dependente de mudanças de administrações ou de responsáveis políticos.

Dos vários pareceres recebidos pela comissão emitidos por diversas instituições no âmbito da análise da proposta que, hoje, debatemos, uma grande maioria foi positivo, o que é sinal de reconhecimento que a inclusão de uma opção vegetariana trará vantagens inegáveis para os utentes das cantinas e refeitórios públicos e é aceite pela generalidade dos serviços públicos que fornecem refeições.

Existe, nos Açores, cantinas públicas que fornecem um serviço social de grande relevância, seja cantinas escolares do ensino obrigatório, do ensino superior, cantinas de unidades de saúde e hospitais dos serviços da administração pública e das IPSS e misericórdias em serviços, como sejam as creches, os jardins de infância, os CATLS e lares de idosos.

O serviço prestado por essas cantinas dará, certamente, um salto qualitativo com o aumento da diversidade da alimentação disponibilizada através da opção vegetariana.

A aplicação desta medida deve, obviamente, ser precedida, quando necessário, de um período de formação dos trabalhadores e da adaptação das cantinas e refeitórios à introdução deste novo padrão alimentar.

A formação dos trabalhadores é uma exigência do Código do Trabalho e estão definidas horas de formação profissional obrigatória em muitas convenções coletivas de trabalho e, por isso, essa exigência não pode servir de pretexto para a não implementação de uma medida deste tipo.

A introdução da opção vegetariana nas cantinas públicas e em outras entidades financiadas por fundos públicos pretende só e apenas alargar e melhorar a oferta existente, não pretende impor a ninguém nenhum tipo de padrão alimentar,

antes pelo contrário, pretende aumentar o leque de escolhas disponíveis, tendo em conta as alterações nos hábitos alimentares da população, quer estas sejam por opção ou por questões de saúde.

Opção vegetariana significa isso mesmo: dar a escolher aos utilizadores das cantinas públicas, independentemente de serem ou não vegetarianos, se a cada refeição pretendem um prato de carne, de peixe ou um prato vegetariano.

Esta proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não prevê qualquer tipo de exigência de pré-inscrição e por isso também não prevê qualquer impedimento à alteração, ao longo do tempo, do tipo de refeição que cada um dos utentes prefere a cada dia. A pré-inscrição, quando obrigatória e exigida com grande antecedência, pode ter como consequência afastar potenciais consumidores ocasionais de refeições vegetarianas.

Este projeto de DLR pretende, ainda, promover e defender a produção hortícola e frutícola regional, uma vez que prevê que seja dada preferência à utilização de produtos locais, regionais na confeção das ementas vegetarianas nas cantinas e refeitórios abrangidos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que o Bloco de Esquerda pretende com esta proposta é que as cantinas públicas e financiadas com fundos públicos respondam ao crescente número de pessoas que optam pelo padrão alimentar vegetariano, ao mesmo tempo, permitindo a quem, não sendo vegetariano, queira optar ocasionalmente por este tipo de prato, fomentando, assim, também, o consumo de produtos hortícolas e frutícolas, essenciais para uma alimentação equilibrada.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão, agora, abertas as inscrições.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não vão obrigar o Sr. Deputado António Lima a voltar a falar, com certeza, porque ele fez uma apresentação bastante pormenorizada, por isso,...

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Na análise que o Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz a este projeto de DLR tem como pressuposto aquilo que para nós é de extrema importância que é caber ao Governo Regional, naquela que é a gestão dos espaços públicos de cantinas públicas, em áreas de competência do

Governo Regional, da sua própria gestão, garantir uma alimentação equilibrada e saudável.

E esta situação há que ter, logicamente, aquele que é o equilíbrio perante as sociedades e conforme as vamos encarando e, desde logo, aqui, há situações de inovação social das quais o Governo Regional, há muito, responde e, portanto, neste equilíbrio que é necessário entre este pressuposto básico da alimentação equilibrada e saudável, o Governo Regional tem este entendimento que é, daquele que fazemos a observação da ação do Governo Regional, de responder. E responde como?

Contrariamente àquilo que foi dito aqui pelo Sr. Deputado António Lima, que vem dizer que o seu projeto de DLR responde a uma petição, eu gostaria de relembrar que o Governo Regional dos Açores, naquelas que são as cantinas públicas de hospitais e escolas, pode-se até dizer que é pioneiro no país (é pioneiro no país!), porque o Governo Regional há muito que fornece refeições de opção vegetariana, em cantinas públicas, nos hospitais. Não foi preciso nem a petição nem o projeto de DLR. Esta é a primeira questão.

Segunda questão. Quanto às escolas públicas, é preciso também aqui relembrar, e muito em particular a questão do Sr. Deputado António Lima, que o seu partido é o proponente deste projeto de DLR, que, desde o dia 14 de setembro deste ano, portanto, desde o dia 14 de setembro que (o ano letivo iniciou-se a 13 de setembro, mas dia 14 de setembro é que foi o primeiro dia de fornecimento de refeições) as escolas já fornecem a opção vegetariana a quem assim entende.

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS/PP): Obrigação!

A Oradora: Opção vegetariana!

Portanto, esta era, desde logo, a primeira nota.

Portanto, dizer também aqui, naquele que é o entendimento do Sr. Deputado, que, sim, sim, as escolas já fornecem uma opção vegetariana; sim, as escolas solicitam com antecedência; sim, tem que o fazer, porque, se o Sr. Deputado, e aqui não o Sr. Deputado concretamente, mas o Bloco de Esquerda valoriza o cuidado pelo desperdício alimentar, tem que estar do lado do Governo Regional quando este solicita que haja uma antecedência de pelo menos 48 horas. Esta é a primeira questão.

Quanto à questão propriamente dita da análise ao DLR, bem, já o Sr. Deputado vir dizer que é uma resposta à petição mostra que é uma resposta à petição e um desconhecimento daquele que é o trabalho do Governo Regional, porque este projeto de DLR é, claramente, um vazio de consequência, em nada contribui para aquela que é a eventual ação diferente do Governo. Como há pouco disse, tanto nos hospitais, como nas escolas, é nesses dois lugares, espaços geridos pelo Governo Regional, cantinas públicas, esta situação está resolvida.

Portanto, independentemente da existência ou não de normas legislativas, já existe essa ação.

Importa aqui referir também qual é o papel do Bloco de Esquerda aquando das comissões, porque foi dito, a 1 de março, pelo Sr. Secretário da Educação, que, no início do ano letivo, iniciar-se-ia o fornecimento de refeições de opção vegetariana, mas vem o Bloco de Esquerda, a 11 de abril, apresentar um projeto de DLR, depois da publicação do nacional, e, após as referências em comissão, substitui integralmente, a 20 de junho, não respondendo às questões que o PS colocou em comissão e que foi dito pela Sra. Deputada Zuraida Soares que retiraria o projeto de DLR substituído, indo ao encontro das dúvidas do Partido Socialista, nenhuma dúvida foi respondida, absolutamente nenhuma dúvida. Portanto, é um vazio de consequências este projeto de DLR.

Mas a questão do vazio da consequência, nós podíamos aqui dar uma abertura que poderia ser, eventualmente, outra abrangência que o Bloco de Esquerda podia permitir, que era de, eventualmente, aceder a outras instituições.

Deputada Zuraida Soares (BE): Por um lado é vazio, por lado tem consequências! Ninguém entende!

A Oradora: Então, vamos lá a ver.

Efetivamente, no que diz respeito ao projeto de DLR, e nós questionamos, na altura, o Bloco de Esquerda estas situações e não foram respondidas, não obstante, Sr. Deputado... Não é atirar o “maior” que resolve a situação, não é atirando a palavra “maior” que resolve a situação. E, portanto, aquilo que nós consideramos também ser uma débil logística, o artigo, um projeto de DLR mal concebido, até para aquele que é, face a apresentação do Sr. Deputado António Lima, que, claramente, exponencia este projeto de DLR, tem uma logística menor e, desde logo, no artigo 1. Nós temos quatro objetos aqui e naquelas que são as definições esses objetos não estão referenciados. Nós temos um objeto de “Outras entidades financiadas por fundos públicos”, não há explicação do que é que são outras entidades financiadas por fundos públicos. Nós sabemos que, eventualmente, há aqui uma dificuldade do Bloco de Esquerda, já o tinha demonstrado na comissão, aquando dessa questão, e voltou aqui a demonstrar, porque não referência, nas definições, o que é que entende por entidades financiadas por fundos públicos e nós questionamos e esta questão ficou por responder.

Quanto à questão dos refeitórios públicos, não há qualquer definição do que é que são os refeitórios públicos.

Quanto à questão das cantinas, não há qualquer referência ao que são as cantinas. Há cinco cantinas públicas e, como disse na sua apresentação, cantinas, cantinas privadas, cantinas públicas, foi o seu próprio deputado que faz a diferenciação do objeto, mas esquece-se de a fazer nas definições. E as refeições vegetarianas também, que nas definições está como refeição de opção vegetariana.

Quero com isto dizer que há aqui uma falta de cuidado na elaboração deste projeto de DLR e que, eventualmente (eventualmente!), numa aprovação, daria um vazio total na sua operacionalização.

Mas continuando e para terminar, no artigo 9, que também foi objeto da nossa intervenção perante o Bloco de Esquerda, na pessoa da Sra. Deputada Zuraida Soares, continuamos na mesma. É um artigo que fala de contraordenações, mas esquece-se da moldura sancionatória. Nós não sabemos de quem é a competência sancionatória, nós não sabemos de quem será ou de quem serão os produtos das eventuais coimas, portanto, quero com isto dizer, Sra. Deputada Zuraida Soares, três situações.

Deputado Manuel Pereira (PS): É do Bloco de Esquerda!

A Oradora: Primeiro, o Governo Regional, há muito, que implementa a opção vegetariana nos hospitais públicos desta região e, desde o dia 14 de setembro, nas escolas públicas. Primeiro ponto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Explique lá, Sra. Deputada!

A Oradora: Segundo ponto. É a questão de que ao Governo Regional não colhe a necessidade de uma norma legislativa, claramente porque o Governo Regional já está em ação e o Bloco de Esquerda, quando vem aqui dizer que responde a uma petição, não à petição, não responde à necessidade dos cidadãos, porque ela já está a ser respondida por parte do Governo Regional.

Portanto, resumindo, é, claramente, um projeto de DLR que não tem consequência nenhuma, porque já está em prática, é um projeto DLR que, face à sua débil logística, não seria possível ser operacionalizado e, portanto, o Partido Socialista está perfeitamente confortável com aquela que é a opção do Governo Regional, já implementada há alguns meses e nas escolas públicas desde o dia 14 de setembro.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante a proposta que discutimos aqui, hoje, quero registar, em primeiro lugar, que somos pela liberdade de escolha, pela pluralidade e não queremos impor o nosso modelo a ninguém, nem a nossa visão. Aceitamos que hajam outras visões, eventualmente conflitantes, mas também, muitas vezes, complementares.

Portanto, deste ponto de vista, o que é absolutamente imprescindível é construir alternativas alimentares saudáveis, equilibradas, alicerçadas em escolhas livres e conscientes e que se traduzam em opções alimentares voluntárias. Este parece-me um princípio que todos, aqui, somos capazes de aceitar.

Temos consciência que a esse respeito já foi feito algum trabalho e é importante que se criem condições para que esse trabalho seja continuado, por quem assim o entenda, contudo existem aspetos que não podemos nem devemos negligenciar e para nós são da maior importância, quando estamos a falar desta matéria.

Desde logo, em relação aos considerandos deste projeto de DLR, que apresenta, na sua redação, a qual estamos a apreciar, neste momento, uma posição mais moderada do que aquela que está plasmada no seu articulado.

Ao lermos os considerandos, verificamos que aquilo que aparentemente parece ser uma opção de fornecimento de uma refeição vegetariana, no entanto constatamos, no seu articulado, que, afinal, constitui uma imposição de um modelo unilateral, tanto em cantinas públicas, que entendemos e aceitamos, como também a outras entidades financiadas por fundos públicos, embora sejam instituições de direito privado, como, por exemplo, as IPSS. Ou seja, o que efetivamente estamos a discutir é uma obrigação de uma opção, tanto nos organismos públicos, como nas instituições privadas, desde que recebam financiamento público.

Portanto, gostaria de levantar aqui algumas questões sumárias, que julgo que devem merecer uma análise e reflexão aturadas sobre a matéria em concreto e que devemos tratar com responsabilidade.

Gostaria de começar pela questão do custo.

Qualquer um de nós compreende que a universalidade da inclusão obrigatória de uma ementa vegetariana nas cantinas públicas e, sobretudo, de instituições privadas e financiadas por fundos públicos têm repercussões ao nível dos custos. Isto é absolutamente evidente e não vejo que isto esteja estimado, mas é muito importante fazê-lo para tomarmos decisões acertadas e responsáveis e sabermos qual a magnitude desta transformação que estamos a impor.

Por outro lado, do ponto de vista científico, designadamente no que diz respeito à alimentação dos jovens, é necessário termos a certeza de que modo estão salvaguardadas todas as questões de ordem científica relativas a uma avaliação prévia da qualidade nutricional.

Entendo que devemos avaliar todas estas situações, tendo em conta que, do nosso ponto de vista, tudo o que seja possível aprofundar naquilo que consista a liberdade de escolha, na tolerância e diversidade de opções e estilos de vida, não deve merecer o nosso repúdio ou censura.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem, agora, a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Esta iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda parece-nos e vem no sentido, e bem, de disponibilizar alternativas alimentares nas cantinas públicas, e ao encontro do que já está previsto na lei nacional. Contudo, surgem algumas questões que, no entender do CDS, têm que ficar salvaguardadas.

Em relação ao desperdício, consideramos que é importante a questão da pré-inscrição, até como a própria Lei nº 11/2017, no seu artigo 4º, refere, principalmente em meios mais pequenos, onde existe uma menor procura e por forma a evitar o desperdício.

Também há uma questão que é imprescindível, que é a avaliação dessas refeições vegetarianas, o seu valor e equilíbrio nutricional, pois, apesar de existirem, e sabemos que existem regras que são esplanadas nos cadernos de encargos e que as empresas prestadoras desse serviço têm de cumprir, mas é necessário garantir que quer as refeições vegetarianas, quer todas as outras sejam capazes de cobrir as necessidades fisiológicas e proporcionar doses adequadas dos diferentes nutrientes, pois, ter no papel essa hipótese, mas não garantir a qualidade que é necessária, será como não ter essa opção disponível...

Todos nós temos conhecimento, as queixas são variadas, em diversas ilhas, em relação às refeições que são fornecidas e, portanto, no entender do CDS, é necessário, e esta questão das refeições vegetarianas remete-nos também para a questão das refeições, nomeadamente escolares, e quando, da bancada do Partido Socialista, referiu, e bem, que ficou o compromisso do Sr. Secretário em que estas estariam disponíveis nas escolas públicas, nunca ficou claro que seria a opção vegetariana uma obrigação e não uma alternativa. E a verdade é que o que acontece em algumas escolas,...

(Aparte inaudível da Câmara)

A Oradora: Mas acontece!

Então, vamos, aqui, clarificar, porque é uma questão!

Então, numa escola há obrigatoriedade de o aluno ter que consumir refeições vegetarianas, ao longo de todo o ano, mas existem outras escolas em que até é possível fazê-lo com uma pré-inscrição. Isto é o que, neste momento, acontece.

Portanto, é necessário clarificar esta questão, porque, quando esse compromisso foi feito pelo Sr. Secretário, não foi feito nestes termos e não foi interpretado nestes termos. Portanto, é necessário esclarecer.

E também não podemos deixar, e uma vez que estamos a falar de refeições, uma vez que estamos a falar de cantinas, é necessário não descurar aqui outro aspeto, que já foi falado, nesta casa, que é se não devem os fundos públicos garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento em todas as ilhas? Deixando de existir situações discriminatórias, que, neste momento, acontecem na região, como acontece, e é do conhecimento público, na ilha do Corvo, onde

os alunos não têm à sua disponibilidade nem refeições vegetarianas nem sem ser vegetarianas? Não têm refeições à sua disponibilidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, o GP do CDS/PP defende que, acima de tudo, é necessário assegurar refeições saudáveis e equilibradas, refeições com qualidade nutricional e quantidade adequada, não podendo estar presos a critérios economicistas,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ... prevalecendo a lei do preço mais baixo, pois sabemos que existem refeições que são fornecidas a um custo inferior a dois euros e muitas vezes ainda inferior. Como é que uma refeição produzida com esse valor, a um euro e pouco, pode ter a qualidade que é necessária e tão apregoada e que vem refletida nos cadernos de encargos?

Portanto, não nos podemos também esquecer que a verdade é que estes hábitos alimentares saudáveis não estão incutidos na nossa sociedade, basta analisar o Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física, onde os Açores apresentam uma prevalência de inadequação de consumo de fruta e produtos hortícolas na ordem dos 60%.

Perante estes dados, não nos devemos focar na promoção da importância de uma alimentação saudável, na importância do consumo de fruta e legumes, na redução do açúcar?

E a pergunta que fica no ar é quando é que o Governo Regional vai, de uma vez por todas, ser um aliado na implementação de bons hábitos alimentares nas nossas crianças e nos jovens?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já tem a tutela da educação!!

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não há Secretário da Educação?!

O Orador: Eu, nesta primeira intervenção, no Plenário desta semana, não posso deixar de cumprimentar o Sr. Deputado António Lima pela sua vinda para o Parlamento e desejar-lhe, naturalmente, as maiores felicidades no desempenho da sua função.

Relativamente ao projeto de DLR que estamos, aqui, a discutir, defende o Bloco de Esquerda que seja formalizado em letra de lei, através do DLR, a obrigatoriedade de disponibilização de ementas, de menus vegetarianos nas cantinas públicas dos Açores.

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. Secretário está com alguma dificuldade em falar do assunto, não sei por quê!

O Orador: Quando estamos a falar de cantinas públicas estamos a falar de quê? No universo atual, estamos a falar das cantinas que são geridas e disponibilizadas aos trabalhadores da administração pública, no caso dos Açores, temos uma gerida pela COOPDELGA, em Ponta Delgada, e outras duas geridas pela AFARIT, na ilha Terceira, uma em Angra do Heroísmo e uma na Praia da Vitória. Portanto, relativamente às cantinas públicas, temos estas da administração pública. Temos outras cantinas públicas nos hospitais EPE,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito boas!!

O Orador: ... também consideradas como tal, e, em terceiro lugar, temos as cantinas das escolas nos Açores, ou seja, quando falamos de cantinas públicas, é destas cantinas que estamos a falar.

Com base nisso e com base também naquilo que é apresentado e é proposto pelo Bloco de Esquerda, no primeiro caso, nas cantinas que são geridas pelas cooperativas ou pelas organizações representativas dos trabalhadores da administração pública que gerem essas cantinas, aquilo que se verifica, atualmente, é a disponibilização da chamada ementa saudável, da ementa da refeição saudável.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): E as outras não são?

O Orador: E a informação que temos, aliás, eu tive a oportunidade... A informação que temos é que essa disponibilização da ementa designada como tal, como prato saudável, sendo certo que, na minha perspetiva, os outros pratos também são saudáveis, é que os sócios e quem frequenta essas cantinas mostram agrado com essa disponibilização e nunca, apesar dessas direções já terem referido esse facto, houve solicitação por parte de quem frequenta aquelas cantinas, nunca houve o pedido, digamos assim, prévio da disponibilização da chamada ementa vegetariana ou de um prato vegetariano. Refiro-me às cantinas geridas pela administração pública. No caso dos hospitais, essa questão está salvaguardada. Consta no caderno de encargos dos concursos que são feitos para a concessão e para a gestão das cantinas dos hospitais que seja disponibilizada uma refeição vegetariana para os utentes daquela cantina. Portanto, relativamente aos hospitais, essa questão está também salvaguardada. Terceira questão, questão das escolas. É sabido, isso já foi amplamente debatido, que está já a ser implementado nas escolas dos Açores a disponibilização de uma ementa vegetariana.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não está!

O Orador: Mas, sobre esta matéria, é preciso dizer o seguinte. Nós já tivemos esse debate, tivemos esse debate no âmbito de várias comissões parlamentares, também aqui no Plenário, aquilo que nós estamos a viver, neste momento, é, digamos, uma espécie de ano zero na implementação das refeições vegetarianas nas escolas. As várias unidade orgânicas receberam a circular informativa

relativamente à necessidade da disponibilização dessas refeições, isso foi, obviamente e naturalmente, acatado pelas unidades orgânicas, agora, nós admitimos que a primeira circular que é enviada sobre essa matéria possa ter dado azo a interpretações que, na nossa perspetiva, não são corretas, sobre aquilo que deveria ser feito relativamente aos alunos que queriam ter uma ementa vegetariana diariamente, todos os dias, e a perspetiva que essas unidades orgânicas tinham sobre a formalização e disponibilização de uma ementa vegetariana para quem não é vegetariano. Portanto, admitimos que possa ter havido interpretações das unidades orgânicas pouco corretas relativamente a essa disponibilização. E com base nisso, nós voltámos a remeter outra circular,...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): É verdade!

O Orador: ... com o objetivo de esclarecermos possíveis interpretações erradas relativamente a essa matéria, e nesta segunda circular sobre as refeições vegetarianas, nós emitimos para as escolas a seguinte referência, uma das principais questões levantadas pelas unidades orgânicas é a oferta da opção vegetariana a alunos não vegetarianos, de forma esporádica, uma vez que esta questão não estava clara na primeira circular: “A oferta da refeição vegetariana não deve nem pode ser vedada a alunos não vegetarianos, no entanto, a requisição da mesma deve ser feita com marcação prévia, a estipular pela própria unidade orgânica e em acordo com a empresa adjudicatária,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas depois obrigam a comer vegetariano!

O Orador: ... de forma também a evitar o desperdício alimentar. Estas refeições vegetarianas devem cumprir com as orientações postas no manual de refeitórios escolares saudáveis, para o ano letivo de 2017/2017”. Ou seja, tendo em conta o facto deste ser o primeiro ano em que implementamos as refeições vegetarianas nas escolas, tendo em conta que por parte de algumas unidades orgânicas havia algumas interpretações que, na nossa perspetiva, não eram as corretas, como, por exemplo, vedar o acesso à refeição vegetariana a quem não se assume como vegetariano ou obrigar a quem é vegetariano que tenha sempre que comer refeição vegetariana, nós emitimos esta segunda circular, porque não era, de todo, esse o espírito, digamos assim, desta medida.

Por isso, parece-nos que o modelo atual que está a ser desenvolvido nas escolas é o modelo adequado, porque há duas questões das quais nós não abdicamos, existem duas matérias e dois princípios das quais o Governo não pode abdicar nesta questão. Em primeiro lugar, parece-nos razoável e adequado que, em termos da gestão do refeitório daquela unidade orgânica, quem quer uma refeição vegetariana sempre ou quem quer esporadicamente uma refeição vegetariana a peça antecipadamente. Isso, do ponto de vista prático, é perfeitamente possível, num prazo definido pela unidade orgânica; e outra questão da qual não abdicamos também é o facto de, tendo em conta que estamos a falar de menores, ser necessário uma autorização prévia do

encarregado de educação para que esse aluno possa, se assim quiser, usufruir dessa refeição vegetariana.

Portanto, foi esta a metodologia utilizada no caso das escolas, mas volto a dizer: este é o ano zero de implementação das refeições vegetarianas nas escolas, o *feedback* que temos, até ao momento, das unidades orgânicas, é que, tirando esta, em alguns casos específicos, interpretação menos correta, está a correr bem; nós iniciamos, no dia 10 de outubro, vistorias às unidades orgânicas para que fosse possível aferir de que forma é que isso está a ser implementado, repetiremos estas vistorias, ao longo do ano, as vezes que forem necessárias, para perceber se esta alteração da disponibilização das ementas vegetarianas nas escolas corre adequadamente e também, devo dizer o seguinte. Nós, isso foi uma questão levantada na comissão parlamentar, entendemos que, depois do compromisso político, era perfeitamente possível implementar, como está a acontecer, esta medida sem um enquadramento legal específico feito aqui, no Parlamento,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Por que não?

O Orador: ... mas naturalmente que se for necessário que seja necessário clarificar procedimentos, definir novas metodologias relativamente a essa questão, pois, naturalmente, o Parlamento é soberano para legislar naquilo que entender.

Agora, tendo em conta aquilo que está na proposta do Bloco de Esquerda, tendo em conta a referência expressa e clara às cantinas públicas, tendo em conta também aquilo que é o universo atual das cantinas públicas na região, o Governo dos Açores entende que o modelo atual, nas três dimensões que eu referi, administração pública regional, hospitais e escolas dos Açores, é um modelo perfeitamente adequado e é um modelo que garante também aquilo que é e que não deixa de ser relevante que é a opção de escolha a quem se diz vegetariano e quer, obviamente, comer comida vegetariana.

Portanto, relativamente a esta matéria, Sra. Presidente, da parte do Governo dos Açores, era este o contributo que gostaríamos de dar ao debate.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às dez para o meio dia.

Eram 11 horas 14 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas 59 minutos.

Vamos, então, dar continuidade ao nosso debate.

Está inscrito o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fica claro, até aqui, neste debate, que tanto o Governo Regional como o Partido Socialista não querem legislar sobre esta matéria; não querem, porque, claramente, torna-se muito mais fácil ficar à discrição do Governo Regional decidir quando e como aplica a opção vegetariana nas cantinas e refeitórios públicos e de que forma aplica e a prova disso mesmo são as circulares que já foram aqui referidas, contraditórias, que, por serem, eventualmente, pouco claras ou de forma intencional, levaram a diferentes interpretações. Ora, essas diferentes interpretações apenas existem porque não existe legislação e aquilo que o Bloco de Esquerda pretende é, efetivamente, clarificar estas questões e que elas não fiquem ao critério da interpretação nem das unidades orgânicas nem, obviamente, do Governo Regional.

O Governo Regional, compreendo que seja, assim, muito mais cómodo e muito fácil de continuar a ser o dono disto tudo, mas para todos os utentes das cantinas será muito estável e um direito muito mais adquirido ter uma opção vegetariana legislada na lei com regras claras, de forma a que não haja as tais más interpretações das circulares. E a prova disto é que o Partido Socialista não fez qualquer proposta de alteração a esta proposta de DLR; teve mais do que tempo para isso, teve mais do que oportunidade para isso, mas não o fez, fez críticas à proposta, mas não fez qualquer proposta de alteração, e o Bloco de Esquerda está, obviamente, disponível, sempre esteve, para propostas de alteração que visem melhorar esta proposta, até tendo em conta as preocupações aqui demonstradas por várias bancadas quanto ao desperdício alimentar. Se houvessem propostas de alteração nesse sentido, teríamos toda a abertura para as discutir e para as votar.

Para além disso, queria, aqui, ainda referir a questão de todos os pareceres que foram recebidos em sede de comissão. Foram muitos pareceres e, curiosamente, a grande maioria deles está de acordo com esta proposta, está de acordo com a inclusão de uma opção vegetariana nas cantinas públicas e financiadas por fundos públicos, está de acordo porque é uma proposta que tem, obviamente, mérito e que, na sua grande maioria, é valorizada e é reconhecida como válida e como meritória, por quase todos os serviços públicos.

Finalmente, sobre o direito de opção, respondendo ao Sr. Deputado Bruno Belo. O direito de opção é para os utentes, não é para as entidades fornecedoras. É a questão da entidade ser ou não de direito privado, quando uma entidade de direito privado, como é uma IPSS e Misericórdia,...

Deputado Bruno Belo (PSD): É uma imposição!

O Orador: ... tem a sua atividade regulamentada e financiada pela região,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Porquê?

O Orador: ... é óbvio que os utentes dessas instituições não podem ser discriminados em relação aos outros e não terem acesso àquilo que os utentes, que são utentes de serviços públicos, nas escolas ou hospitais, já o têm, daí que essa sua dúvida não me parece ter qualquer base.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero repetir, obviamente, a argumentação despendida pelo meu colega António Lima, mas gostaria de clarificar sobretudo a intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência, se ele tivesse a bondade de me prestar um minuto de atenção. Muito obrigada.

Relativamente às circulares enviadas às escolas, Sr. Secretário Regional, a primeira circular, datada do dia 28/06, no seu ponto 2, dizia o seguinte, sob a epígrafe, o assunto, “Orientações para o fornecimento de refeições escolares no ano letivo de 2017/2018”: “De modo a simplificar o processo de aquisição de matéria prima, preparação e confeção de refeições vegetarianas, a escola, no ato das matrículas que ainda se encontrem a decorrer ou até ao início do próximo ano letivo, deve efetuar o levantamento dos alunos exclusivamente vegetarianos, de forma a informar o cocontratante”, que é, obviamente, a empresa que fornece as refeições. Difícil é, Sr. Secretário Regional, lido este ponto 2, não chegar e não assumir, como a maior parte das escolas assumiram, que, no princípio do ano, no ato da matrícula, o aluno diz se é vegetariano ou não e, a partir desse momento, vai ser vegetariano até ao final do ano, daí que seja dada a informação à empresa que fornece as refeições de que ele nasceu vegetariano e vai continuar assim até ao fim.

Portanto, a interpretação não foi por acaso, a interpretação das escolas não foi por acaso, Sr. Secretário Regional, é que, claramente, aquilo que aqui está escrito nesta primeira circular dá a entender a conclusão e a interpretação que as escolas fizeram.

Eis senão quando, no dia 16/10, portanto, há três dias, a Antena 1, às 8h30 da manhã, faz uma notícia onde denuncia que as escolas estão a aplicar de uma forma que não é condizente com o compromisso assumido pelo Sr. Secretário Regional da Educação e que estão a fazer uma interpretação enviesada e estão a aplicar, na implementação das refeições vegetarianas, uma lógica pouco aceitável. Isto às 8h30 da manhã, Sr. Secretário Regional.

É que sabendo que a segunda circular, que o Sr. Secretário Regional leu da sua bancada, também é datada do dia 16/10, apetece perguntar qual é a hora, o dia nós já sabemos, a hora é que não, porque às 8h30 da manhã, deste mesmo dia, houve uma denúncia na comunicação social, neste mesmo dia, surge a segunda circular. Não é por acaso, Sr. Secretário Regional. E, afinal, ao contrário

daquilo que o Sr. Secretário tinha dito, não é na sequência de um ato inspetivo, para ver como é que as coisas estão a decorrer, não houve ato inspetivo coisa nenhuma, houve uma denúncia na comunicação social.

Também ainda, Sr. Secretário Regional, vamos à AFARIT e vamos àquilo que o Sr. Secretário Regional disse que era uma das organizações, digamos assim, das entidades que forneciam uma refeição ou uma opção saudável (é o nome que lhe dão) nas suas ementas diárias. Ora bem, eu tenho aqui a ementa de 16 de outubro a 20 de outubro, da AFARIT, e tenho o testemunho de vários sócios e sócias desta instituição, em que quando dizem que são vegetarianos e, portanto, querem um prato vegetariano, sabe o que é que lhes é dito, Sr. Secretário Regional? “Ah, não há problema! Têm sopa e um prato de salada!”. E, Sr. Secretário Regional, se sopa e um prato de salada, na sua concessão fundamentada e culta, é uma refeição vegetariana, eu começo a preocupar-me com as crianças e com os jovens das nossas escolas, fundamentalmente, porque nós já sabíamos que a maior parte das refeições convencionais são uma tristeza, para não dizer, na maior parte dos casos, uma indecência,...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sra. Deputada, o que é isso? Uma indecência?!

A Oradora: ... agora, também ficamos a saber,...

(Não é o Bloco de Esquerda que o diz, são os pais, as mães, as associações, as crianças, não é preciso mais ninguém vir dizer!)

Deputado André Bradford (PS): Isso é uma injustiça!

A Oradora: ... que na concessão do Governo Regional, eventualmente na concessão do Sr. Secretário e do outro Sr. Secretário que não está cá, e é uma pena, do Sr. Secretário Regional da Educação (sentimos muito a falta desse governante), uma refeição vegetariana, um prato de sopa e salada.

Portanto, Sr. Secretário Regional, para concluir o quê? Que aquilo que o Deputado António Lima acabou de dizer é a única conclusão que se pode tirar deste debate: o Governo e o Partido Socialista querem ficar à vontade para darem e entenderem por refeição vegetariana sopa e um prato de salada, sim ou não, com as circulares que se forem repetindo, quem manda é o Governo e é o Partido Socialista.

Ficar legislado, ficar clarificado, não ficar ao sabor da discricionariedade e da boa vontade ou da sensibilidade de qualquer governante, ah, não, isso não, porque isso aborrece-nos muito.

E eu acho que, chegados aqui, pouco mais há a dizer sobre esta matéria, a não ser... Porque, se o Partido Socialista tivesse, de facto, vontade de que ficasse legislado o direito a uma refeição vegetariana, nas cantinas que são apoiadas com dinheiros públicos, teria feito como tem feito muitas outras vezes com outras iniciativas legislativas: faria propostas de alteração e o Bloco nunca virou as costas nem nunca disse que não deixou de avaliar a justeza de qualquer proposta de avaliação vinda de qualquer bancada.

Já agora, o que estou a dizer para o Partido Socialista também se aplica a todas as outras bancadas, que estão à vontade para fazerem as propostas de alteração que muito bem entenderem e não se resguardarem na sua recusa para votarem desfavoravelmente a iniciativa do Bloco de Esquerda.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem, agora, a palavra o Sr. Secretário Regional

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Sra. Deputada Zuraida Soares, seja bem-vinda a este debate, depois do seu longo *blackout*, ao longo desta manhã e de ontem.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sentiu falta?!

O Orador: Senti falta, Sra. Deputada, porque tinha saudades, e acho que na dialética parlamentar faz sempre falta essa sua tentativa permanente de confundir conceitos e de jogar com as palavras relativamente àquilo que quem está a debater consigo disse.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu bem sabia que não era por boas razões que tinha sentido falta!

O Orador: Sra. Deputada Zuraida Soares, eu não relacionei a segunda circular com o ato inspetivo. Julgo ter sido muito claro na minha primeira intervenção.

Deputada Zuraida Soares (BE): Qual é a hora dessa circular, Sr. Secretário?

O Orador: Eu, quando me referi ao ato inspetivo, referi-me...

Deputada Zuraida Soares (BE): Qual é a hora?

O Orador: ... à necessidade. Nós começámos inspeções às escolas para perceber como é que estava a decorrer a aplicação das ementas vegetarianas,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Estão a correr mal!

O Orador: ... serão feitas também mais inspeções, ao longo do ano, portanto, eu não relacionei isso com a segunda circular, que é do dia 16, e as inspeções começaram...

Isso é a senhora que faz os seus raciocínios sempre enviesados...

Deputada Zuraida Soares (BE): Então a inspeção não está a fazer nada!

O Orador: ... e que gosta de ter essa abordagem sectária permanente sobre aquilo que é a atividade política e as propostas que fazemos. Porque há uma matéria que eu acho que nos deve contentar a todos, Sra. Deputada, e deveria também contentar o Bloco de Esquerda: é que quem assim quiser, nas cantinas públicas da região, tem acesso a uma refeição vegetariana.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sopa e salada?

O Orador: E, portanto, parece-me que isso deve ser um motivo de satisfação, porque esse é que é o objetivo de todos.

E, Sra. Deputada, mas qual é o problema (tenta criar um facto político, também como é seu apanágio, no debate) de o Governo, depois de uma notícia na

comunicação social, em que fica evidente que há interpretações erradas daquilo que estava na primeira circular, entender remeter uma nova circular a clarificar o que estava na primeira?

Deputada Zuraida Soares (BE): Então o que é que anda a fazer o ato inspetivo?

O Orador: Mas o que é que isso tem de relevante ou de desagradável?

Aquilo que constava da primeira circular foi na segunda circular, ou seja, a necessidade de, no início do ano letivo, os alunos que assim entenderem, devem inscrever-se como e sinalizarem o facto de serem vegetarianos e também sinalizarem o facto de quando querem comer na cantina ter de haver a disponibilidade de uma refeição vegetariana. A questão de vedar ou não vedar o acesso a essa refeição a alunos não vegetarianos que, de vez em quando, têm a legitimidade e querem ter uma ementa vegetariana foi clarificada na segunda circular.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: E ainda bem que assim é! E clarificada na segunda circular, sendo também garantido à unidade orgânica que a inscrição para essa refeição no refeitório, mesmo para quem não é vegetariano, deve ser salvaguardada. Foi isso que aconteceu e, portanto, não percebo o drama de o Governo ter enviado uma segunda circular a clarificar a metodologia e, portanto, Sra. Deputada, eu percebo porque, se calhar,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Faltou dizer! Faltou clarificar isso!

O Orador: ... aquilo que decorre da sua intervenção é que parece que o Bloco de Esquerda, afinal, não quer é que a sua proposta seja aprovada, quer, sim, posicionar-se politicamente para ficar com a bandeira da defesa dos vegetarianos...

Deputado José San-Bento (PS): Ora bem!

O Orador: ... e fica chateada e irritada por nós já garantirmos nas cantinas públicas que quem é vegetariano...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é a mesma coisa!

O Orador: ... tem acesso a essas refeições.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não garanta!

O Orador: Portanto, é, digamos, a instrumentalização de um projeto de DLR para se posicionar positivamente nesse espectro à esquerda do Partido Socialista. Por isso é que eu digo, Sra. Deputada, que tinha saudades de a ouvir, porque acho que esse registo é sempre interessante, sendo certo que, em algumas matérias, não parece ser muito enriquecedor.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não fazem parte da mesma gerigonça?

O Orador: Portanto, aquilo que é relevante é que nas cantinas públicas da região já é disponibilizada a refeição vegetariana e isso é um facto relevante.

E eu também disse, na minha primeira intervenção, que achamos que o modelo atual é adequado, que no caso das escolas em específico, nós estamos naquilo a

que se pode chamar de ano zero de implementação desta metodologia, e aqui é que eu me referi aos atos inspetivos, não à existência da segunda circular a clarificar aquilo que estava na primeira, mas também disse e reiterei, com o decorrer do ano, se for necessário, ou no fim do ano, fazer um balanço desta implementação, legislar para clarificar várias matérias, também não há problema, o Parlamento é soberano sobre essa matéria. Agora, aquilo que me parece evidente é que o modelo atual é o modelo adequado. E permita-me dizer-lhe também, Sra. Deputada, quem tem que perceber as propostas que apresenta e saber o que é que essas propostas defendem é quem as propõe e não os outros interlocutores neste Parlamento.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah! Então, não há proposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem, agora, a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desta intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência, a quem agradeço as saudades manifestadas pela minha pessoa,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): São sinceras!

A Oradora: ... queria dizer o seguinte.

Primeiro: ficámos a saber que deixaram de haver propostas de alteração, do ponto de vista regimental, nesta Assembleia, porque cada um apresenta e, depois, mais ninguém pode fazer propostas de alteração. É uma notícia que deve ser registada, inclusive, pela Presidente da Assembleia Legislativa, porque o Sr. Secretário Regional acabou de dizer.

Deputado Manuel Pereira (PS): Não corresponde à verdade!

A Oradora: Depois, Sr. Secretário Regional, não há mal nenhum em o Governo fazer uma segunda circular, só há duas questõezinhas: é que o Sr. Secretário Regional esqueceu-se de dizer que essa circular surgiu no decorrer e em consequência de uma denúncia da comunicação social...

Deputado Francisco César (PS): Por acaso não foi!

A Oradora: ... e que isso quer apenas dizer uma coisa: é que o Governo não anda a inspecionar nada, porque se é preciso a comunicação social vir dizer que há uma circular que está a ser mal aplicada, isto quer dizer que os senhores não sabem o que é que se está a passar dentro da vossa própria casa.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas qual é a sua fonte?

A Oradora: E portanto, entendamo-nos.

Relativamente à opção vegetariana, eu insisto, Sr. Secretário Regional, aquilo que o senhor diz não é verdade. As cantinas, aquelas que o senhor referiu, uma

delas a AFARIT, não têm opção vegetariana, quem é vegetariano tem opção de comer sopa e um prato de salada com alface e tomate. Portanto, se o senhor considera isto uma opção vegetariana, eu tenho que lhe dizer que o senhor tem que se informar melhor.

Portanto, para concluir,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas qual é a sua opinião sobre uma refeição vegetariana: uma sopa e um prato de salada?

A Oradora: ... a discricionarietà, com mais circular ou menos circular, fica do lado do Governo, com o apoio do Partido Socialista. Muito bem! Assim será!

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Uma sopa e um prato de salada?

Presidente: Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, uma interpelação!

Presidente: Eu já dei a palavra à Sra. Deputada Sónia Nicolau, inscrevo-a para uma interpelação a seguir.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Apenas uma nota relativamente ao que foi dito pelo Sr. Deputado António Lima, e dizer que como, com certeza, há de compreender, tendo sido o Bloco de Esquerda o partido proponente, entregou a 11 de abril, levou dois meses para entregar uma substituição de uma proposta, nós, na altura, com a Sra. Deputada Zuraida Soares, fizemos as considerações que achamos necessárias fazer e foi-nos apresentada uma proposta que apenas e só tirou uma palavra.

E quero dizer também que o Partido Socialista está confortável, para que fique registado, Sra. Deputada,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... com este que é o arranque da disponibilização da opção vegetariana nas escolas, num trabalho que se quer de parceria entre o Governo Regional e a autonomia que as escolas têm.

E é claro, e para terminar a minha intervenção, que as escolas entenderam as circulares de uma forma e temos muitas escolas que implementaram daquele que foi o compromisso do Sr. Secretário Regional, a 1 de março.

Portanto, acho que aqui ninguém quer ser o dono disto tudo. Vamos deixar que as entidades façam o seu papel, Sra. Deputada, e, portanto, o Partido Socialista há de apresentar propostas quando achar que tem que apresentar, mas cabe ao proponente, que é o Bloco de Esquerda, ter a capacidade de apresentar propostas bem feitas e não débeis logisticamente, como fez.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PS): E muito menos ter a veleidade de querer mandar nisto tudo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada Zuraída Soares tinha pedido a palavra para uma interpelação, certo?

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, era para anunciar que entregarei na Mesa a ementa semanal da AFARIT, a tal instituição que tem uma opção vegetariana, para que as Sras. e os Srs. Deputados possam conferir que a afirmação que eu fiz é rigorosamente verdadeira. Não está cá nada! É sopa e um prato de salada.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas ninguém disse isso!

Deputada Zuraída Soares (BE): Disse o senhor!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Depois de entregue, será distribuído.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa, de momento, não tem inscrições. Tem sim, senhor.

Sr. Secretário, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

De facto, Sra. Deputada Zuraída Soares, essa sua interpelação vem apenas dar razão àquilo que eu disse na intervenção anterior, quando saudei a sua intervenção no debate e o registo do Bloco de Esquerda, em muitos momentos, na dialética parlamentar, porque eu não disse que a AFARIT tinha e disponibilizava ementas vegetarianas, o que eu disse foi que a AFARIT disponibilizava aquilo que eles designam como prato saudável...

Deputada Zuraída Soares (BE): Eles?

O Orador: ... e também disse...

(A AFARIT!)

... que a informação que temos é que nunca a AFARIT teve requisição por partes dos seus utentes para que fosse disponibilizada...

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é falso! Isso é falso!

O Orador: ... a refeição vegetariana. É esta a informação que nós temos. Foi isso que eu disse e é isto que eu reitero. Portanto, Sra. Deputada, eu não lhe permito que diga que eu disse coisas que não disse.

Deputada Zuraída Soares (BE): Disse, disse!

O Orador: Portanto, uso da palavra para esclarecer.

E a Sra. Deputada não se enerve, não fique incomodada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Oh, Sr. Secretário, não estou nada enervada! Às vezes, fico cansada!

O Orador: Isto é um debate normal, democrático, e acho que todos temos a ganhar com esta dialética, mas de forma serena.

Muito obrigado, Sra. Deputada.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos, então, passar à votação deste projeto de DLR. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS; 2 a favor do BE; 1 do PCP; 19 abstenções do PSD; 3 de CDS/PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos, então, dar continuidade aos nossos trabalhos.

Avançamos para o ponto 5...

Para uma declaração de voto, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Após esta votação, para que fique registado, o Partido Socialista sente-se confortável com aquele que é, neste momento, o caminho traçado pelo Governo Regional na disponibilização da opção de prato vegetariano. Sente-se também regozijado, porque os Açores podem-se afirmar como uma região onde as opções vegetarianas, efetivamente, são de um marco pioneiro, quer ao nível da implementação nos hospitais, e, desde o dia 14 de setembro, nas escolas da nossa região.

Quer também aqui saudar aquele que é o entendimento do Governo Regional, e esta é uma grande base do nosso sentido de voto, que é a responsabilidade partilhada nas escolas pelos pais e pelas instituições, no sentido da aferição da necessidade ou da escolha pelo prato de opção vegetariana.

Quero também aqui realçar que o Partido Socialista sente-se muito confortável nesta relação que existe entre administrações escolares e administrações hospitalares, neste caso em concreto, pela relação saudável de autonomia que rege estas instituições e permite, assim, ir ao encontro daqueles que são os desígnios que a sociedade muito rapidamente vem e o Partido Socialista, através do Governo Regional, que suporta, vem dar resposta a estes movimentos, estando bem à frente a ao lado também daquela que é a sociedade. Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda lamenta a não aprovação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional que, na nossa opinião, seria uma mais-valia para a oferta nas cantinas e refetórios públicos da Região Autónoma dos Açores, sejam cantinas e refetórios públicos, mas também das cantinas e refetórios financiados por fundos públicos, e que daria a opção e acabaria com a discriminação que continuará a haver neste momento em relação às pessoas que tenham uma opção de padrão alimentar vegetariana.

Lamentamos ainda a opção do Partido Socialista em manter a discricionarieidade que irá continuar a existir nos Açores nas cantinas públicas em que os serviços terão toda a legitimidade para interpretar da forma que entenderem aquelas que são as indicações do Governo Regional e o Governo Regional continuará a seu belo prazer a dar as indicações que entender, contraditórias ou não, não clarificando na lei aquilo que deve ser uma opção legítima e que esteja disponível para todos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP claro que reconhece a importância de ter essa alternativa vegetariana nas ementas nas cantinas públicas. É certo que efetivamente a questão do desperdício, e principalmente em meios onde essa procura não é persistente, é fundamental existir no nosso entender essa pré-inscrição de forma a evitar o desperdício. Portanto, foi nesse sentido a posição do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Já agora e no sentido de evitarmos, como o Sr. Secretário Berto Messias mencionou do aproveitamento que a Sra. Deputada Zuraida Soares estaria a fazer da situação em relação à comunicação social e a comunicados para a escola...

Deputado José San-Bento (PS): A gente não emite comunicados para as escolas, Sra. Deputada!

A Oradora: ... e antes que saia a notícia, se calhar seria útil emitirem um terceiro comunicado às escolas para que todas as escolas tivessem disponíveis a ementa vegetariana para que os pais também possam acompanhar e saber quais serão as opções vegetarianas que neste momento o Governo disponibiliza.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais declarações de voto, vamos então, sim, dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos agora no ponto cinco da nossa Agenda: **Petição n.º 10/XI – “Pela justiça, igualdade e dignidade no trabalho nos hospitais EPE da Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por José Herculano Vultão Rocha, na qualidade primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do Regimento da Assembleia e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, sendo que cada grupo ou representação parlamentar intervém uma única vez por tempo não superior a 10 minutos.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo, relator da Comissão de Política Geral.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO PÚBLICA “PELA JUSTIÇA IGUALDADE E DIGNIDADE NO TRABALHO NOS HOSPITAIS E.P.E. DA REGIÃO AUTONOMA DOS AÇORES”.

Angra do Heroísmo, 28 de julho de 2017

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu, no dia 28 de julho de 2017, na Delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo, para apreciação e relato sobre a Petição Pública n.º 10/XI - “Pela justiça, igualdade e dignidade no trabalho nos Hospitais EPE da Região Autónoma dos Açores”.

A Petição, reunindo 579 assinaturas e tendo como 1.º subscritor o Sr. José Herculano Vultão Rocha, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 19 de maio de 2017.

Em reunião da Comissão de Política Geral, realizada em 16 de junho de 2017, foi aprovada, por unanimidade, a sua admissibilidade.

Na mesma reunião foi deliberado, por unanimidade, ouvir presencialmente o 1.º subscritor da Petição, o membro do Governo competente em razão da matéria, bem como a UGT Açores e a CGTP Açores.

CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da

República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento e do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na alínea ii) do artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2012 de 20 de novembro, a matéria objeto da iniciativa é da competência da Comissão de Política Geral.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise apela à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que promova a discussão sobre a justiça, igualdade e dignidade no trabalho nos Hospitais EPE da Região Autónoma dos Açores.

Os peticionários fundamentam a sua pretensão nos seguintes factos:

- As categorias e tabelas salariais dos trabalhadores da administração pública regional não são atualizadas desde 2009, ao contrário do que se tem verificado em relação à Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), cujo valor já absorveu o 1.º e 2.º escalão da Tabela Única Remuneratória (TRU) dos trabalhadores dos quadros da Administração Pública Autónoma, bem como dos contratados de longa duração;
- 1) Como resultado do congelamento das carreiras e da absorção dos escalões da TRU, verifica-se um nivelamento pelo valor da retribuição mínima mensal garantida o que gera graves injustiças relativas aos trabalhadores mais antigos;
- 2) Nos hospitais da Região Autónoma dos Açores, existem diferentes tipos de vínculos, fruto, dos hospitais serem Entidades Públicas Empresariais;
- 3) Estes tipos de vínculos geram situações inadmissíveis de desigualdade de horário de trabalho - em que há trabalhadores com 40 horas semanais e outros - com 35 horas semanais - prémios de desempenho a que alguns trabalhadores têm direito e a que outros não o têm;
- 4) Há trabalhadores dos Hospitais que recebem a Remuneração Complementar, enquanto outros recebem o acréscimo regional Remuneração Mensal Mínima Garantida Regional;
- 5) Os trabalhadores da Administração Pública Regional e Local da Região

Autónoma dos Açores, afetados no desfasamento entre TRU e a RMMG, sofrem a redução da Remuneração Complementar à medida que as carreiras são absorvidas pela RMMG, situação que não se verifica para os trabalhadores acima da RMMG;

- 6) Os trabalhadores dos Hospitais EPE, nomeadamente os assistentes operacionais, são obrigados a realizar centenas de horas extraordinárias por ano devido à escassez de trabalhadores/as, o que prejudica a vida familiar destes trabalhadores e a qualidade do serviço.

Tendo em conta todos estes factos, segundo os peticionários verificam-se situações de grande desigualdade nos Hospitais EPE da RAA, pondo em causa o princípio "a trabalho igual salário igual", que impõe a igualdade de retribuição para trabalho igual em natureza, quantidade e qualidade, tanto para os trabalhadores dos Hospitais EPE em funções públicas como para os/as trabalhadores/as com contratos subordinados ao Código do Trabalho ligados à mesma entidade.

Audição do 1.º subscritor da Petição “Pela Justiça, Igualdade e Dignidade no Trabalho nos Hospitais EPE, da Região Autónoma dos Açores”

Convidado pelo Presidente da Comissão a apresentar os fundamentos da referida petição, o 1.º subscritor da petição apresentou os seguintes fundamentos:

- 1- Esta petição surge na sequência de uma exposição feita ao Governo Regional, concretamente à Secretaria Regional da Saúde, dando conhecimento da situação vivida pelos funcionários dos hospitais EPE dos Açores, designadamente ao nível da remuneração diferenciada para funcionários da mesma categoria e com tempo de serviço semelhante;
- 2- Os funcionários que subscreveram a exposição feita ao Governo não consideraram as respostas dadas pelo Governo satisfatórias e neste sentido a petição também evidencia a insatisfação desses funcionários da administração pública;
- 3- O aumento da remuneração mínima mensal garantida, absorvendo os escalões da tabela de remunerações que se encontra em vigor, leva a que desta forma funcionários com 20 anos de serviço estejam a ser prejudicados, realçando que são funcionários que todos os dias dão o seu melhor dentro dos Hospitais EPE;
- 4- O insuficiente número de funcionários existentes nos Hospitais EPE dos Açores leva a que se recorra com muita frequência a horas extraordinárias, situação esta que leva os funcionários a uma situação de

cansaço e que pode originar que as tarefas incumbidas a cada um possam ser menos bem executadas;

- 5- Os funcionários sentem-se indignados e exigem ser reconhecidos pela entidade patronal;
- 6- A assimetria da remuneração dos funcionários existe, entre funcionários que entraram entre 2011 e 2015, havendo funcionários que recebem prémios de desempenho logo no início da entrada nas carreiras;
- 7- Existem funcionários a trabalhar 35 horas semanais e funcionários a desempenhar as mesmas funções e a trabalhar 40 horas semanais, auferindo o mesmo vencimento;
- 8- Não é dado conhecimento da avaliação do desempenho pela entidade patronal ao avaliado, não existindo qualquer funcionário que tenha recebido um prémio de desempenho decorrente da sua avaliação;
- 9- A tabela de remuneração única não está a ser cumprida integralmente, no sentido que entende que todos os funcionários têm direito à totalidade da remuneração complementar.

Feita a exposição, o Deputado José San-Bento interveio para saudar o 1.º peticionário pela iniciativa e pela clareza com que expôs os fundamentos da petição, questionando-o sobre quais as situações em que ainda existem funcionários a trabalhar 35 horas e 40 horas por semana, bem como qual o critério para a atribuição do prémio de produtividade. O Deputado José San-Bento reconheceu, de qualquer forma, que por razões orçamentais ainda não foi possível repor a normalidade das carreiras.

O 1.º Peticionário respondeu que relativamente à gestão do orçamento todos nós enquanto contribuintes temos essa preocupação, mas a administração pública tem de ter a preocupação de evitar a pobreza nas famílias desses funcionários. Respondendo às questões concretamente, referiu que quem está nos quadros da administração pública trabalha 35 horas semanais e quem está com contrato individual de trabalho trabalha 40 horas semanais. Relativamente ao critério de atribuição do prémio de produtividade, este está explícito na convenção coletiva de trabalho.

O Deputado Bruno Belo enalteceu a iniciativa e questionou sobre que respostas receberam por parte do Governo aquando da exposição feita ao Governo, se o facto de haver um recurso sistemático a horas extraordinárias na perspetiva dos peticionários pressupõe que deveria haver recurso a contratação de mais funcionários e ainda se tem conhecimento de haver pessoas a prestar serviço nessas unidades em programas ocupacionais e se estes desempenham tarefas relativas a necessidades permanentes da administração pública.

O 1.º subscritor da petição respondeu que não receberam resposta nenhuma diretamente por parte do governo. Relativamente às horas extraordinárias, naturalmente deveriam ser contratados mais funcionários, sendo feitas horas extraordinárias para além do limite. No que diz respeito às pessoas que estão a

desempenhar funções em programas ocupacionais, se estes faltarem tem de se colocar alguém no seu lugar, pelo que essas tarefas, na sua perspetiva, são permanentes.

O Deputado Paulo Mendes saudou o 1.º Peticionário pela iniciativa. Referiu ainda que um relatório do HSEIT aponta para um recurso abusivo ao trabalho extraordinário e que talvez essa situação também possa acontecer no HDES. Sendo assim, deveriam ser introduzidas alterações ao Código de Trabalho na Região com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e questionou se os Peticionários entendem que todos devem receber a remuneração complementar. O 1.º subscritor referiu que todos devem estar no trabalho em situações iguais.

Audição da UGT/Açores

A UGT/ Açores fez-se representar nesta audição pela seu Presidente, Francisco Pimentel, que fez uma apreciação genérica da petição, enaltecendo a iniciativa, sublinhando que efetivamente os Hospitais EPE pela sua natureza jurídica podem ter trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho (CIT), e que também podem ter trabalhadores em funções públicas. Referiu ainda que a partir de 2009 as carreiras foram congeladas e que consta do programa deste Governo da República os respetivos descongelamentos.

Referiu ainda que os Hospitais EPE da Região têm recorrido ao Código de Trabalho e assim, em sede de CIT, elaboram o contrato com base na tabela remuneratória única, com 35 horas de trabalho semanal e mais 5 horas extraordinárias. Contudo, há funcionários a fazer 40 horas semanais e recebem o vencimento relativo a 35 horas semanais, pondo em causa o princípio constitucional de “a trabalho igual salário igual”. Acrescentou que esta situação cria mau estar e que estas instituições não têm capacidade política para alterar a situação, uma vez que estão sob tutela da Região. A finalizar, referiu que a sua estrutura sindical está a preparar uma proposta de Acordo Coletivo de Trabalho para apresentar ao Governo, no sentido de solucionar este problema.

O Deputado Bruno Belo questionou se a UGT/Açores tinha conhecimento de que haveria pessoas em programas ocupacionais a desempenhar funções permanentes nessas instituições.

O Dirigente sindical referiu que entende que os programas são importantes no sentido de valorizar a pessoa desempregada. Contudo, estas pessoas são sempre desempregadas e que devem ser sempre os serviços a dizer se estão ou não a desempenhar tarefas permanentes da Administração pública. Acrescentou que os programas surgem pela incapacidade da economia na criação de oportunidades de emprego. Considerou, finalmente, que se o Governo tivesse uma postura de diálogo todos teriam a ganhar.

O Deputado José San-Bento questionou sobre a dualidade da carga horária que existe em relação a quem trabalha 35 horas e quem trabalha 40 horas,

questionando ainda se, no ponto de vista dos Peticionários devem ser contratados mais funcionários para diminuir o recurso a trabalho extraordinário, como é que a UGT/Açores vê essa situação.

O Presidente da UGT/Açores respondeu que existem dois regimes laborais, designadamente trabalhadores em funções públicas que trabalham 35 horas e funcionários com CIT que recebem como quem trabalha 35 horas mas trabalhando 40, disse ainda que os conselhos de administração podem resolver essa situação recorrendo a um acordo de empresa.

Relativamente ao facto de haver um recurso abusivo do trabalho suplementar, naturalmente que há necessidade de mais contratações e esta situação já foi reportada ao Governo pela UGT/Açores.

O Deputado João Corvelo questionou o senhor representante da UGT/Açores sobre o número de funcionários que se encontram em contrato de trabalho em funções públicas com contrato individual de trabalho e em programas ocupacionais. O dirigente sindical da UGT/açores respondeu que não tem conhecimento desse número.

O Deputado Paulo Mendes referiu que, tendo em conta o relatório do HSEIT, é reportado o recurso abusivo a trabalho suplementar, questionando se esta situação é vantajosa economicamente.

O Dirigente sindical respondeu que há limites legais e que os administradores só podem fazer o que a lei diz.

Audição da CGTP/Açores

A CGTP/Açores fez-se representar pelo seu Coordenador, João Decq Mota, acompanhado de dois elementos da sua Direção, que começou por referir a sua concordância com o conteúdo da petição e que esta faz um ponto de situação relativamente aos trabalhadores que prestam serviço nos Hospitais EPE da Região. Referiu ainda que as reivindicações dos peticionários são uma preocupação da CGTP/Açores e que estão a trabalhar no sentido de apresentar ao Governo uma proposta de acordo de empresa com o objetivo de solucionar este problema.

Acrescentou que existem trabalhadores que desempenham as mesmas tarefas, embora tenham salários diferentes.

O Deputado Alonso Miguel questionou se havia queixas relativas à carga horária.

Um dos elementos da Direção referiu que, como funcionário, podia afirmar que há exagero de carga horária e que neste momento há funcionários a fazer 42, 45 e 52 horas semanais.

O Deputado Bruno Belo questionou se já tinha sido feita alguma abordagem ao Governo sobre o acordo de empresa e, se sim, qual a resposta, questionando

ainda se as pessoas em programas ocupacionais estão a desempenhar tarefas de carácter permanente.

O Coordenador da CGTP/Açores respondeu que tiveram uma reunião em fevereiro com o Senhor Secretário Regional da Saúde e que este se comprometeu a fazer um levantamento completo e rigoroso sobre quantos trabalhadores estão em cada situação e quais as necessidades, referindo que até agora não tem conhecimento de nenhum levantamento nem de resultados relativamente às pessoas em programas ocupacionais. Entende que, se estes acabam por desempenhar estas funções com regularidade, acabam também por estar a desempenhar tarefas permanentes na Administração Pública.

Acrescentou que na reunião mantida em fevereiro foi-lhe dito que o acordo de empresa incluísse o banco de horas o Governo estava disposta a assinar.

O Deputado José San-Bento referiu que a UGT/Açores tinha feito referência a um acordo de empresa na Região Autónoma da Madeira e questionou se a CGTP/Açores dele tinha conhecimento.

O Coordenador da CGTP/Açores respondeu que não tinha conhecimento desse acordo nem do envolvimento do seu sindicato nesse processo.

O Deputado Bruno Belo questionou sobre o número de funcionários que se encontram em contrato de trabalho em funções públicas, em contrato individual de trabalho e em programas ocupacionais.

O dirigente sindical respondeu que em funções públicas não tem o número certo, mas no regime de contrato individual de trabalho nos três Hospitais EPE seriam mais de 400.

O Deputado João Corvelo questionou sobre quantos trabalhadores existem a trabalhar 40 horas e ainda sobre o número de funcionários que se encontram em contrato de trabalho em funções públicas, com contrato individual de trabalho e em programas ocupacionais.

O coordenador da CGTP/Açores, em relação aos primeiros, respondeu que não tem conhecimento. Em relação aos segundos, respondeu que em funções públicas não tem o número certo, mas em regime de contrato individual de trabalho nos três Hospitais EPE seriam mais de 400.

O Deputado João Vasco Costa questionou se sabe se há funcionários a ultrapassar o horário extraordinário para além do legalmente exigível.

O Coordenador da CGTP/Açores respondeu que há funcionários a ultrapassar o legalmente permitido como trabalho suplementar.

O Deputado João Corvelo questionou em que data foi anunciado o levantamento por parte do Governo.

O dirigente sindical respondeu que foi em 9 de fevereiro de 2017.

Audição do Membro do Governo em razão da Matéria

O Governo Regional fez-se representar pelo Secretário Regional da Saúde, Rui Luis, que foi ouvido no dia 28 de julho de 2017, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da Ilha Terceira.

O Membro do Governo enalteceu a iniciativa e referiu que reuniu com o 1.º peticionário a fim de perceber efetivamente quais as reivindicações dos peticionários. Referiu que desde 2007 os hospitais passaram a EPE e nesse sentido todos os trabalhadores contratados a partir desta data teriam que trabalhar 40 horas. Referiu também que a diferença salarial surge da subida da Remuneração Mensal Mínima Garantida RMMG nacional. Da reunião que manteve com o 1.º Peticionário tomou conhecimento de uma realidade que desconhecia e assumiu que se iria inteirar da situação. Referiu que em setembro de 2016 foi aberto concurso para assistentes operacionais no HSEIT. A finalizar, a referiu que relativamente às reivindicações constantes na petição só poderia responder à última, tendo em conta que as outras seriam da tutela da Vice-Presidência.

O Deputado Bruno Belo referiu que a Comissão solicita a presença do Membro do Governo nas audições e o Governo é que decide quem é ouvido e se o Senhor Secretário não pode responder a todas as questões que constam da petição, talvez devesse ser outro o Membro do Governo a ser ouvido neste âmbito, questionando de seguida sobre o levantamento que se comprometeu a fazer, na reunião de fevereiro com a CGTP/Açores, se vai contratar mais funcionários com vista a diminuir o trabalho suplementar, assim como sobre o que foi referido pelo 1º peticionário em relação à avaliação de desempenho que não era comunicada ao avaliado e ainda quanto à formação que deve ser dada a quem inicia a sua carreira de assistente operacional e quantos funcionários estão em funções públicas e contrato individual de trabalho.

O Secretário Regional respondeu que nunca se comprometeu a fazer nenhum estudo, mas um levantamento das necessidades, tendo dito que se iria inteirar da situação e que nessa altura estavam a negociar com os sindicatos. Acrescentou que nessa reunião foi analisada a questão dos centros de saúde e que em alguns não tem sido possível cumprir com as horas de descanso. Referiu ainda que nessa reunião não foi nada abordado no sentido da negociação coletiva, que relativamente ao concurso de 2016 tem a informação de que ainda não está concluído devido à sua tramitação, relativamente ao custo das horas extra não tem qualquer informação, no que diz respeito a formação os funcionários são chamados a fazer tarefas e há sempre o cuidado de haver formação inicial, respondeu também que em funções públicas estão 685 trabalhadores e contrato individual de trabalho estão 250.

O Deputado José San-Bento referiu que aquilo que foi comunicado pela CGTP/Açores, foi que o Secretário Regional da Saúde se tinha comprometido a fazer um levantamento rigoroso sobre a situação e que depois seria remetido

aos sindicatos, questionando ainda se haveria funcionários que faziam trabalho extraordinário para além do limite legal.

O Secretário Regional voltou a esclarecer que não se comprometeu, e que relativamente às horas extraordinárias agiria quando disso tiver conhecimento.

O Deputado Alonso Miguel questionou se quando há trabalho suplementar há consentimento e se o Senhor Secretário tem conhecimento.

O Secretário Regional respondeu que as situações são todas autorizadas, acrescentando que estavam a analisar as situações e que iriam corrigir aquilo que estiver errado.

O Deputado Paulo Mendes questionou, tendo em conta os números de trabalhadores referidos, quantos trabalhadores no regime de contrato individual de trabalho estão a trabalhar 35 horas e quantos trabalham 40.

O Secretário respondeu que a auditoria está concluída e que tiveram de demonstrar que tinham cumprido as recomendações no que diz respeito ao horário de todos os trabalhadores no regime de contrato individual de trabalho que estão a trabalhar 40 horas, referindo que relativamente às pessoas em programas ocupacionais não tem números.

O deputado João Corvelo questionou se o governante se comprometeu ou não com a CGTP/Açores em fazer um levantamento completo e rigoroso sobre quantos trabalhadores estão em cada situação e quais as necessidades, visto que até à data ainda não havia chegado qualquer informação à CGTP/Açores.

Na resposta, o senhor Secretário Regional da Saúde afirmou que poderá ter existido um mal-entendido sobre o referido levantamento com o coordenador da CGTP/Açores, mas que ia contactá-lo com vista ao esclarecimento, reafirmando que não se comprometeu com a realização de um estudo, mas sim um levantamento interno para efetivamente se apurar as necessidades existentes e fundamentar a abertura de procedimentos concursais, como se veio a verificar, conforme já referido.

CAPÍTULO III

CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 10/XI- “Pela Justiça, igualdade e dignidade no trabalho nos hospitais E.P.E. da Região Autónoma dos Açores”, a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

Os Peticionários reivindicam que:

1. Se atualize de imediato o valor da Remuneração Complementar;
2. Se proceda à harmonização dos horários, salários e prémios de desempenho dos trabalhadores que desempenham funções nos Hospitais E.P.E. da

R.A.A., tendo como princípios fundamentais a manutenção de todos os direitos adquiridos, o princípio "a trabalho igual salário igual" e a valorização da antiguidade e das carreiras;

3. Se proceda ao descongelamento das carreiras;
4. Se proceda à contratação de trabalhadores para os Hospitais EPE de modo a reduzir a enorme carga de horas extraordinárias que os trabalhadores dos Hospitais EPE realizam;

E consideram que:

5. Esta petição surge na sequência de uma exposição feita ao Governo Regional, concretamente á Secretaria Regional da Saúde, dando conhecimento da situação que os funcionários dos Hospitais EPE dos Açores passam designadamente ao nível da remuneração ser diferenciada para funcionários da mesma categoria e com tempo de serviço semelhante;
6. O aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida, absorvendo os escalões da tabela de remunerações que vigora, prejudica os funcionários com 20 anos de serviço, sendo realçado que estes funcionários todos os dias dão o seu melhor dentro dos Hospitais EPE;
7. O reduzido número de funcionários existentes nos Hospitais EPE dos Açores leva a que se recorra com muita frequência a horas extraordinárias, situação esta que leva estes funcionários a uma situação de cansaço e que pode levar a que as tarefas incumbidas a cada um possam ser menos bem executadas;
8. Os funcionários sentem-se indignados e exigem ser reconhecidos pela entidade patronal;
9. A assimetria nas remunerações dos funcionários existe em funcionários que entraram entre 2011 e 2015, sendo que há funcionários que recebem prémios de desempenho logo no início da entrada nas carreiras;
10. Existem funcionários a trabalhar 35 horas semanais e funcionários a desempenhar as mesmas funções a trabalhar 40 horas semanais, auferindo o mesmo vencimento.

CAPÍTULO V

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

De modo genérico, os Deputados revelaram-se sensíveis às pretensões dos peticionários, reconhecendo que existem aspetos de ordem laboral diferentes entre os funcionários que exercem funções ao abrigo do regime de contrato de trabalho em funções públicas, relativamente aqueles, cujo regime laboral é o contrato individual de trabalho. Foi também constatado, que as diferenças laborais existentes decorrem da alteração da natureza jurídica das unidades hospitalares dos Açores em Hospitais EPE e assim coexistem dois regimes

laborais distintos na mesma entidade. Das entidades ouvidas no âmbito desta petição foi consensual a proposta de que a harmonização dos regimes através de um acordo de empresa celebrado entre os Conselho de Administração dos respetivos Hospitais EPE e as Organizações Sindicais.

Angra do Heroísmo, 28 de julho de 2017

O Relator: Bruno Belo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: António Soares Marinho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar todos os peticionários e peticionárias desta Petição que se intitula “Pela Justiça, Igualdade e Dignidade no Trabalho nos Hospitais EPE, da Região Autónoma dos Açores”, na pessoa do primeiro peticionário, Sr. José Herculano Vultão Rocha.

O exercício do direito de Petição é um ato de cidadania que deve ser sempre valorizado e que permite trazer diretamente a esta Assembleia as reivindicações dos cidadãos e cidadãs.

Esta Petição, em particular, centra-se em questões laborais concretas dos trabalhadores dos hospitais públicos da Região Autónoma dos Açores.

Analisada a Petição é fácil de perceber que existe um conjunto largo de problemas laborais nos hospitais da Região que levam a um sentimento de injustiça entre os trabalhadores e à sua desmotivação e a um cansaço cada vez maior e sem fim à vista.

É de salientar que esta Petição surge, segundo o primeiro peticionário, na sequência de um abaixo-assinado entregue ao Sr. Secretário Regional da Saúde que não obteve resposta satisfatória.

É de lamentar quando os cidadãos se dirigem ao Governo Regional e não obtêm uma resposta atempada e satisfatória.

Na Petição, os peticionários exigem, e bem, o descongelamento das carreiras.

Finalmente, depois das progressões terem sido congeladas em 2010 pelo Governo do Partido Socialista e terem continuado congeladas nos mais de quatro anos do Governo PSD/CDS, a proposta de Orçamento de Estado para o

próximo ano prevê o descongelamento das carreiras, embora tudo indique que os pagamentos correspondentes sejam faseados no tempo.

Esta medida que entrará em vigor no próximo ano, sendo ainda uma recuperação limitada dos direitos de quem trabalha, é da mais elementar justiça. Mas, no entanto, das várias reivindicações dos peticionários há outras questões que permanecem ainda por resolver.

O recurso excessivo às horas extraordinárias por parte dos hospitais está, segundo os peticionários, e como todos deveríamos compreender, a prejudicar a vida familiar dos próprios trabalhadores, assim como a qualidade do serviço prestado.

Como é possível garantir a qualidade do serviço prestado quando os funcionários encontram-se exaustos, desmotivados, devido ao contínuo abuso das horas extraordinárias?

Onde está a preocupação com a saúde dos utentes?

Onde está a preocupação com a qualidade do serviço?

Como é que poderemos ter um Serviço Regional de Saúde de qualidade quando nos hospitais da Região Autónoma dos Açores os trabalhadores estão exaustos pelo excesso de horas extraordinárias a que são obrigados?

Na audição, em Comissão, o Coordenador da CGTP-Açores afirmou mesmo que há trabalhadores nos hospitais dos Açores a ultrapassar o limite legal das horas extraordinárias.

E o que é que fez o Governo Regional perante estas graves denúncias?

Que medidas foram tomadas para que o limite legal de horas extraordinárias não seja ultrapassado nos hospitais da Região?

Quantos assistentes operacionais contratou? Foi ou não resolvido este problema?

O Sr. Secretário Regional da Saúde afirmou na sua audição em Comissão que tinha tomado conhecimento do problema e que o desconhecia, o que não deixa de ser um pouco difícil de compreender, mas nada disse sobre as medidas tomadas pela tutela.

Mas os peticionários apontam ainda outro problema criado pelo Governo Regional e exigem soluções.

Vejamos um exemplo: o trabalhador A tem um contrato de trabalho em funções públicas, recebe remuneração complementar e trabalha durante 35 horas semanais; o trabalhador B tem um contrato de trabalho individual e recebe o complemento regional ao salário mínimo e um prémio de produtividade e trabalha 40 horas semanais; o trabalhador D ainda tem um contrato individual de trabalho não recebe o prémio de produtividade e trabalha 48 horas, isto para não falar dos inúmeros beneficiários de Programas Ocupacionais que, lado a lado, trabalham no mesmo local.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes não são trabalhadores de entidades distintas. São três, neste caso quatro ou mais, trabalhadores do Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada. Lado a lado, no mesmo posto de trabalho, desempenhando a mesma função, temos trabalhadores com situações contratuais muito distintas e folhas salariais muito, mas muito diferentes, situação que para o Bloco de Esquerda não é, de forma alguma aceitável.

Estamos a falar de 685 trabalhadores em funções públicas e 250 com contrato de trabalho individual, segundo declarações do Sr. Secretário Regional da Saúde.

Perante esta situação temos de perguntar: quem é que ganha com ela e com que objetivo é que ela foi criada e é mantida?

Esta grande confusão é um reflexo de uma política do Governo Regional que visa virar trabalhadores contra trabalhadores. É o velho dividir para reinar.

Não há, nem pode haver qualquer tipo de justificação para que na mesma entidade estejam a desempenhar a mesma função pessoas com vínculos, horários e retribuições tão distintas.

Em suma, tem toda a legitimidade os peticionários para exigir uma solução para os problemas levantados na petição.

Dos problemas apontados, o único em vias de ser resolvido, ou seja, o descongelamento das carreiras, nem sequer será resolvido pelo Governo Regional, mas sim pelo Governo da República.

Para o Bloco de Esquerda está mais do que na hora de atender às restantes reivindicações dos peticionários.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Uma interpelação à Mesa. Para o intervalo regimental a que temos direito, se faz favor, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

É regimental. Sendo assim, vamos também interromper para o almoço. Recomeçamos às 15H00.

Eram 12 horas e 43 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Foi distribuída uma nova Agenda, uma vez que foi incluído um ponto 9 que corresponde à apresentação de uma iniciativa ao abrigo do artigo 81.º do nosso Regimento (uso da palavra).

Neste caso concreto o requerimento é do PSD para apresentação do **Projeto de Resolução n.º 55/XI – “Ultraperiferia – O instrumento europeu para políticas diferenciadas nos Açores”**.

O Regimento define 10 minutos para a sua apresentação e depois um período próprio para pedidos de esclarecimento e as respetivas respostas.

Para apresentação do diploma tem então a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Ignorar a evolução das alterações socio económicas e de mercado nos espaços europeu, norte americano e internacional, com impacto na economia regional é um pressuposto pouco aceitável para quem tem a responsabilidade da condução das políticas económicas, na adoção de medidas específicas para trilhar um caminho com novos e determinados objetivos.

Os Açores, enquanto região insular ultraperiférica, estão sujeitos a condicionalismos permanentes de carácter natural e geográfico, a par dos constrangimentos decorrentes da reduzida dimensão e dispersão socioeconómica.

Foram estas especificidades que determinaram o reconhecimento institucional europeu através da consagração no artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia, que garante às Regiões Ultraperiféricas um tratamento diferenciado ao nível das políticas comunitárias.

Acresce a importância do acórdão de 15 de dezembro de 2015 do Tribunal de Justiça da União Europeia, que reconhece o valor jurídico reforçado do Estatuto da Ultraperiferia e a sua prevalência sobre disposições setoriais dos Tratados.

Em face deste Acórdão, também conhecido por Acórdão de Mayotte, estão criadas condições e sensibilidade no âmbito das instâncias comunitárias para dar consequência às necessidades e reivindicações das Regiões Ultraperiféricas, de que é exemplo a revisão da estratégia da União Europeia para as Ultraperiferias prevista para breve.

O programa POSEI constitui um instrumento de aplicação dessa disposição do Tratado Europeu que se traduz na aplicação de medidas específicas de apoio e de derrogações, mas está, no caso agrícola, desadequado à realidade produtiva em cada ilha pelo que é necessário o reforço da dotação financeira do POSEI Agricultura, e um desenho adequado à realidade atual dos Açores, tendo em conta as alterações dos mercados e os acordos comerciais da União Europeia.

Com os agricultores e as agroindústrias a atravessarem um período de grande indefinição face aos condicionalismos atuais do mercado de produtos lácteos e

agrícolas, designadamente com a abolição do regime de quotas leiteiras, não se pode desperdiçar esta oportunidade.

Com a necessidade da obtenção de produtos pecuários e agrícolas dos Açores distintos dos produtos massificados e de baixo valor, que invadem o mercado europeu e internacional.

Atenta a relevância da interdependência da Agricultura com o Turismo e com o Ambiente, elementos essenciais à valorização da produção agrícola nos Açores, face aos desafios que se colocarão no período pós 2020, urge criar condições que contribuam para a manutenção da paisagem rural açoriana e impeçam a desertificação rural de ilhas e lugares, sem que se obriguem os agricultores ao aumento da produção a custos elevados e com recurso a excessivos inputs externos à região.

Por outro lado, o acesso a mercados diferenciadores que possam remunerar os produtos específicos das Regiões Ultraperiféricas, como forma de melhorar o rendimento dos agricultores e a sustentabilidade das indústrias, exigem apoios específicos à investigação e desenvolvimento e à inovação com origem em regiões que se querem afirmar pelo turismo e ambiente sustentáveis.

Com a abertura ao mercado norte americano e canadiano, designadamente através dos acordos do CETA entre a UE e o Canadá, mas também o impacto do Mercosul no mercado nacional e regional, surgem oportunidades, mas também sérios condicionalismos a considerar.

No âmbito das pescas e face a esta nova realidade nas instâncias comunitárias, será altura de concretizar a retoma de um regime autónomo no POSEI Pescas, com um regulamento próprio que o torne independente dos apoios concedidos no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas.

O POSEI Pescas – Regime de Compensação dos Custos Suplementares Relativos ao Escoamento de Determinados Produtos da Pesca das Regiões Ultraperiféricas – consagrado em tratados europeus, foi no âmbito da última revisão da Política Comum de Pescas descontinuado e integrado no Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), perdendo a vantajosa autonomia, regulamentar e financeira, que teve até 2013 e convertendo a discriminação positiva de que as RUPs beneficiavam num mero ponto do quadro financeiro geral para o mar e pescas.

Esta perda de autonomia do POSEI Pescas para além de provocar, como se comprovou, mais demoras e complexidade na sua aprovação e regulamentação, com claros prejuízos para os profissionais da pesca que tais atrasos causaram, também pode ter mais implicações com eventuais revisões deste regime e pode comprometer o seu futuro para além de 2020.

Na devida altura o PSD/Açores manifestou a sua total discordância com a perda de autonomia e integração do POSEI Pescas no FEAMP. E também manifestámos que o aumento em 50% da verba até 2020, proposto pela então

Comissária, não podia ofuscar nem inibir a luta pela continuidade futura e pela autonomia do POSEI pescas.

Com a preocupação atual das instâncias comunitárias de responder positivamente ao Acórdão de Mayotte que deve constituir uma janela de oportunidade para maximizar as potencialidades do Estatuto da Ultraperiferia, explorando todas as vertentes de apoios e derrogações comunitárias que possam beneficiar as regiões ultraperiféricas, em áreas como os Transportes, Ambiente, Energia ou Inovação, entre outras.

Foi também neste contexto que as iniciativas aprovadas por unanimidade na Assembleia da República com vista quer à adequação financeira e não só do Posei, mas também da aplicação do articulado do Tratado relativo ao reconhecimento do princípio da ultraperiferia e quanto à adequação de instrumentos de apoio à ultraperiferia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Reconhecendo a importância de posições comuns dos Açores através da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, da Assembleia da República e no Parlamento Europeu, bem como da Representação dos Açores em Bruxelas

Propomos que:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional dos Açores que intervenha junto do Governo da República, enquanto representante do Estado-membro junto das instâncias europeias, para que:

1. Negocie um reforço orçamental global destinado ao POSEI Agricultura, com um desenho adequado à realidade atual dos Açores e tendo em conta as alterações dos mercados e os acordos comerciais da União Europeia, por forma a que este programa essencial à Agricultura dos Açores corresponda à realidade produtiva atual em cada uma das ilhas açorianas, bem como às necessidades e potencialidades dos produtores e da agroindústria;

2. Defenda a autonomização do POSEI Pescas em relação ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, retomando este programa como regulamento autónomo e adequando-o às necessidades do setor das Pescas e do Mar nos Açores.

3. Maximize as potencialidades do Estatuto da Ultraperiferia, reforçado pelo acórdão de 15 de dezembro de 2015 do Tribunal de Justiça da União Europeia (Acórdão de Mayotte), explorando todas as vertentes de apoios e derrogações comunitárias que possam beneficiar as regiões ultraperiféricas, em áreas como os Transportes, Ambiente, Energia ou Inovação, entre outras.

Colocamos, assim, à superior consideração dos Srs. Deputados este Projeto de Resolução convictos do contributo que este Parlamento pode conceder, reforçando posições políticas e institucionais já firmadas, e fortalecendo, para

além do papel dos três parlamentos, a própria representação dos Açores em Bruxelas, e estimular, posteriormente, posições comuns dos parlamentos das diferentes Regiões Ultraperiféricas.

Muito obrigado.

Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então dar continuidade à Agenda da Reunião.

Nós interrompemos de manhã o debate da Petição n.º 10/XI.

A Mesa ainda tinha uma inscrição. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Primeiramente saudar os peticionários nomeadamente o Sr. José Herculano Vulcão Rocha enquanto primeiro subscritor desta Petição no exercício consagrado no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e principalmente numa aproximação de eleitores e representantes eleitos.

Sem dúvida que esta temática relativa à justiça, igualdade e dignidade no trabalho, neste caso nos hospitais EPE, é relevante e situações de grande desigualdade como esta têm de terminar, pondo assim em causa o princípio constitucional do trabalho igual, salário igual.

Estamos a falar de trabalho de igual natureza, de quantidade, de qualidade e onde coexistem dois regimes laborais completamente distintos na mesma entidade onde temos funcionários que desempenham as mesmas funções, mas com remunerações diferentes, com número de horas semanais diferentes, e que, portanto, essa situação tem de ser ultrapassada.

Em sede de Comissão foi transmitido por parte do Sr. Secretário Regional da Saúde que tinha conhecimento que em alguns centros de saúde não tem sido possível cumprir as horas de descanso e ficamos a pensar, a gravidade de um Secretário ter conhecimento desta situação. E a questão que fica é: mas o que é que foi feito para ultrapassar esta situação? É assim que se pretendem realizar as tão anunciadas reformas e a humanização dos serviços do Sistema Regional de Saúde?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, a situação e a posição do CDS em relação a esta matéria é que aguardamos que se resolva definitivamente todas estas situações discriminatórias que foram denunciadas e identificadas quer pelos peticionários, que são do conhecimento geral e até pelo próprio Sr. Secretário Regional.

Muito obrigada.

Deputados Artur Lima e Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O PSD saúda naturalmente os subscritores desta Petição e saúda-os por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, pelo exercício de uma cidadania ativa que deve constituir um objetivo permanente do Parlamento em incentivar e estimular; em segundo, pela importância e pertinência da temática.

O objeto que esta Petição traz a esta Assembleia é verdadeiramente importante e decisivo para o futuro de uma sociedade que se quer mais justa, equilibrada e valorizada pela sua Administração Pública e pela própria Autonomia.

Os peticionários apelam a esta Assembleia que promova a discussão sobre a justiça, igualdade e dignidade no trabalho nos hospitais EPE da Região Autónoma os Açores.

Este debate pretendido pelos peticionários tem toda a pertinência e para o PSD-Açores uma Administração Pública reconhecida e valorizada é uma Administração Pública motivada e empenhada.

Esta Petição surge na sequência de uma exposição feita ao Governo Regional, concretamente à Secretaria Regional da Saúde, dando conhecimento da situação vivida pelos funcionários dos hospitais EPE dos Açores, designadamente ao nível das remunerações diferenciadas para funcionários da mesma categoria e com tempo de serviço semelhante.

Para o PSD-Açores, não é admissível que o preceito constitucional que consiste em que para trabalho igual corresponda a salário igual, não esteja a ser cumprido por falta da concretização de um procedimento administrativo entre funcionários ou seus representantes e os Conselhos de Administração dos hospitais EPE da Região Autónoma dos Açores. Estamos a falar do Acordo de Empresa.

Foi dito pelo primeiro peticionário, no que diz respeito às pessoas que estão a desempenhar funções em Programas Ocupacionais – e passo a citar – “se estes faltarem tem de se colocar alguém no seu lugar, pelo que essas tarefas são permanentes.”

Para o PSD-Açores aquelas pessoas que exercem todo o tipo de funções indispensáveis ao funcionamento dos serviços públicos sem terem o seu vínculo reconhecido, e, portanto, sem os direitos e proteção social que lhes é devida, devem ser algo de uma atenção especial.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É preciso ter a persistência para uma luta que poderá ser longa e que só agora se inicia, mas é preciso também a impaciência de quem sabe que não está a exigir mais do que a decência.

A Administração Pública ao valorizar as carreiras dos seus funcionários mais não faz do que reconhecer o seu valor.

Esta situação jamais pode ser vista como um favor ao funcionário que o torna devedor de uma recompensa aos seus dirigentes.

Percebemos que com este Governo os avanços só se fazem sentir nos espaços em que a mobilização e a pressão social foram uma constante ao longo dos últimos anos.

Essa organização obriga o Governo a ouvir-nos e justamente agora não podemos cruzar os braços. Há que manter a pressão alta, debater, organizar e exigir que todos os intervenientes façam a sua parte e que todos sejam justamente reconhecidos e valorizados.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Congratulamo-nos com a apresentação desta Petição e saudamos todos os peticionários.

Os trabalhadores que prestam serviço nos hospitais EPE da Região Autónoma dos Açores têm sido alvo de tremendas injustiças laborais, sendo absolutamente comum e banal que os trabalhadores da mesma categoria e com tempo de serviço semelhante estejam em níveis de remuneração diferenciados.

Também acontece haver trabalhadores que desempenham as mesmas tarefas nos hospitais EPE embora usufruindo salários diferentes. Tal é inadmissível e deve ser rapidamente corrigido.

A elevada qualidade dos serviços de cuidado de saúde prestados nos hospitais EPE da Região deve-se acima de tudo ao extremo labor e qualidade profissional dos seus trabalhadores.

A elevada e exagerada carga horária extraordinária a que muitos desses trabalhadores estão sujeitos é algo que já devia estar solucionado faz muito tempo e a bem da salvaguarda da qualidade dos serviços de saúde prestados e da própria vida familiar desses trabalhadores.

Também não deverá perpetuar-se o uso abusivo dos trabalhadores ocupacionais que cumprem necessidades permanentes de assistentes operacionais nos hospitais EPE da Região Autónoma dos Açores.

Por parte do Governo Regional temos assistido a um contínuo adiar da solução dos problemas aludidos pela presente petição em apreço.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: Para a Representação Parlamentar do PCP é um princípio de elementar justiça laboral que a trabalho igual tenha equivalência a salário igual. É então necessário que se proceda à harmonização dos horários, salários e prémios de desempenho dos trabalhadores que desempenham funções nos hospitais EPE da Região Autónoma dos Açores, salvaguardando a manutenção de todos os direitos adquiridos.

Também se deve proceder com urgência à contratação de trabalhadores para os hospitais EPE da Região de modo a reduzir a enorme carga horária extraordinária que muitos trabalhadores realizam nessas instituições.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar naturalmente por uma saudação democrática a todos os peticionários, sublinhando a importância da participação cívica como forma de influenciar o poder político.

Queria também felicitar o Sr. Relator pela forma como expôs aqui a síntese da Petição e do relatório, o que também nos facilita agora os nossos trabalhos.

Há duas situações que tornaram este problema abordado pela Petição mais salientes. Foram os congelamentos das categorias e das tabelas salariais dos trabalhadores da Administração Pública Regional e, por outro lado, as sucessivas atualizações à retribuição máxima mensal garantida, vulgo, salário mínimo, que afetou os dois primeiros escalões da tabela única remuneratória e com isso afetou também sobretudo os trabalhadores das carreiras do regime geral dos hospitais EPE.

A estas duas situações há que adicionar uma questão de fundo, que foi gerada em 2007 com a criação dos hospitais EPE e é bom que se esclareça aqui a primeira questão que me parece importante ficar absolutamente clara. Nós não estamos a falar nem de ilegalidades, nem muito menos de irregularidades.

Criou-se, sim, uma dualidade, mas isso decorreu de um processo negocial com os sindicatos, com os trabalhadores e, portanto, toda a gente sabia o que é que passaria a acontecer de 2007 para a frente. Por isso é que foram criados dois tipos de vínculos, os trabalhadores em funções públicas que transitavam dos hospitais antigos e que mantiveram os seus direitos adquiridos, porque é sempre esta a política do PS (outros não o fazem, como sabem), e o segundo vínculo, os trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho.

Portanto, isso criou dois tipos de horário laboral, 35 horas para uns e 40 para outros; isto criou também dois tipos de remuneração, 35 horas mais remuneração complementar para os trabalhadores em funções públicas e 40 horas mais o acréscimo regional à remuneração mensal máxima garantida, aos

trabalhadores com contratos individuais de trabalho que se regem, como sabe, pelo direito privado.

Tudo isto é legal. Não estou a dizer que isto não crie problemas e distorções e injustiças que nós estamos aqui para dar a cara e para resolver como já falarei a seguir.

Mas vamos ao que interessa. Que soluções é que podemos esperar para resolver os problemas que os peticionários muito legitimamente nos trouxeram?

A mais recente tem a ver com as notícias decorrentes do Orçamento de Estado, nomeadamente no que diz respeito ao descongelamento das carreiras. Isso é muito importante porque vai ter repercussões ao nível das remunerações, das progressões, das promoções e das atualizações. Portanto, o PS vê com esperança esta medida e como sendo muito positiva esta abordagem do Governo da República defender os trabalhadores. Dignificar o trabalho é uma prioridade que nós saudamos.

Portanto, isso significa que há uma segunda razão para termos esperança nas soluções destes problemas.

Para além daquelas que referi no âmbito do Orçamento do Estado, uma outra tem a ver com a abertura do Governo Regional (e eu aqui saúdo a postura quer do Governo, quer particularmente do Sr. Secretário Regional da Saúde) para encontrar uma solução para resolver estas dualidades.

Isto foi assumido e é bom que se diga neste momento que o PS tem conhecimento que quer a UGT, quer a CGTP já apresentaram propostas para resolver este problema, quer no âmbito dos Acordos de Empresa, quer no âmbito de outros instrumentos de Regulação Coletiva do Trabalho.

Portanto, nós vemos estes desenvolvimentos como muito positivo.

O Governo obviamente irá analisar estas questões e estamos certos, ao contrário do que o Bloco de Esquerda fez aqui entender, que o diálogo entre o PS e o Governo com os trabalhadores e os sindicatos não está esgotado e está, antes pelo contrário a decorrer e nós achamos que há razões objetivas para estarmos confiantes sobre o resultado frutuoso para todos neste diálogo.

Por último a questão das horas extraordinárias. Não é verdade (e isso tem que ficar absolutamente claro) quer o que foi dito pelo Bloco de Esquerda, quer o que foi dito pelo CDS, que o Governo esteja insensível a este problema.

Vamos a factos: desde janeiro de 2016, o Governo já integrou 150 precários na administração e já atribuiu concursos para mais de 100 técnicos operacionais para os hospitais e para centros de saúde, isto para não falar da contratação de médicos e de enfermeiros.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é isso que as Ordens dizem!

O Orador: Portanto, o Governo está a agir sobre este problema. Agora, se algum Grupo Parlamentar tem uma varinha mágica para resolver esse problema eu gostava de conhecer essa solução milagrosa.

Portanto, nós estamos a trabalhar. Eu próprio tive a oportunidade, em Comissão, de questionar o Sr. Secretário se tinha conhecimento sobre violação da lei em matéria de horas extraordinárias, de ultrapassagem do limite de horas extraordinárias, que é uma matéria que (e estou certo) é extremamente sensível para qualquer um dos colegas, e o Sr. Secretário primeiro disse que não tinha conhecimento, mas disse uma parte muito importante que foi aqui ignorada, disse que se tivesse conhecimento imediatamente diligenciaria junto das administrações hospitalares e das unidades de saúde para repor este problema.

Portanto, tem que haver (perdoem-me) honestidade intelectual nestes debates...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque assim não vale. Isto tem que ficar muito claro.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Se o Sr. Deputado quer acreditar no Sr. Secretário em vez de acreditar nos açorianos é um direito seu!

O Orador: Sra. Deputada, e também para o Sr. Deputado Luís Maurício, como sabem, gerir o Serviço Regional de Saúde, é extremamente exigente e extremamente complexo.

Olhe, perguntem ao Sr. Deputado...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É a sua experiência, não é?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: É a minha experiência, sim!

É extremamente exigente e é extremamente complexo – repito – a gestão do Serviço Regional de Saúde.

Perguntem ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros, que foi durante muitos anos Administrador do Hospital de Ponta Delgada, a dificuldade e a complexidade dessa gestão, confrontando-se com imensos problemas, imensas situações, imensas pressões, porque isto é uma realidade e nós também não podemos esquecer estas questões e o Sr. Deputado Vasco – permita-me esta franqueza – sabe perfeitamente todos esses problemas.

Portanto, a senhora falou da experiência. Se duvida do meu conhecimento, pergunte ao seu colega que verá confirmada a minha referência.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Face a tudo o que referi, creio que há razões objetivas para estarmos confiantes e otimistas em relação à resolução, a breve trecho, dos problemas que os petionários legitimamente aqui nos fizeram chegar.

Estou certo que estes problemas dentro de alguns meses estarão, mais estes, na lista dos compromissos e dos problemas resolvidos pelos Governos Regionais do PS.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim o ponto cinco da nossa Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

O próximo ponto da Agenda é o **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 54/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, a Cadeia de Apoio da Horta e a criação de um Centro Tutelar Educativo nos Açores”**.

Este pedido de urgência é requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD. Rege esta matéria o artigo 146.º do Regimento, sendo que após a justificação da urgência os restantes grupos e representações parlamentares podem intervir uma única vez por período não superior a 10 minutos.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É de todos conhecida a situação de degradação dos Estabelecimentos Prisionais de Ponta Delgada e da Horta.

Eles têm sido alvo de diversas pronúncias públicas por diversas entidades, nomeadamente o Observatório dos Recursos Humanos, em abril de 2016, pela própria Provedoria de Justiça, em maio também de 2016, e o próprio Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar, de setembro último, também se refere à situação degradante desses dois Estabelecimentos Prisionais, cujas condições põem em causa os direitos humanos.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é a urgência!

O Orador: Conhecemos bem as duas estruturas e só quem não as visitas pode não reconhecer o estado em que elas se encontram, nomeadamente a Cadeia de Ponta Delgada, que não tem uma única cela individual e está sobrelotada.

De igual modo, o Centro Tutelar e Educativo dos Açores, previsto em Portaria que definiu a Rede de Centro Tutelares Educativos em 2007, é uma promessa, a par da construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada e das obras na Cadeia da Horta, que vem desde 2007.

Transversal a todos os Governos da República, o que é certo é que todos esses governos, no momento próprio, foram julgados pelos portugueses, nos quais se incluem os açorianos, em eleições.

O que estamos aqui a avaliar é...

Deputado André Bradford (PS): É a urgência!

O Orador: ... a atitude e o contexto das promessas do atual Governo da República. É sobre isso que aqui nos traz ou cuja fundamentação está contida nesse Projeto de Resolução.

Ora, tendo eu concluído a contextualização deste Projeto de Resolução, a urgência naturalmente explica-se pelo facto do Orçamento de Estado de 2018, ou para 2018, ter sido entregue na Assembleia da República, no passado dia 13 de outubro, se encontrar num processo de discussão e que irá a votação no final do mês no novembro, coincidindo com o nosso plenário também de discussão, apreciação e votação do Plano e Orçamento da Região para 2018.

Se na verdade, em 2017, do relatório que acompanhou a Lei do Orçamento do Estado, constavam 700 mil euros para obras no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, que até à data não foram executados, o relatório que acompanha este Orçamento de Estado não me parece conter, por uma interpretação direta, qualquer verba, nem para o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, nem para o Estabelecimento da Horta, nem tão pouco para o Centro Tutelar Educativo de Menores nos Açores,...

Deputado Francisco César (PS): A Zuraida sabe que essa verba está lá!

O Orador: ... razão pela qual o PSD apresenta este Projeto de Resolução, que é um projeto que pretende uma pronúncia política desta Assembleia Regional sobre estas três matérias, procurando naturalmente congregar (estou certo) todos os partidos e representações parlamentares à volta de uma situação que tem sido esquecida, tem sido negligenciada, pelo menos desde 2007.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Maurício:

Pensei que o senhor falaria numa falha do Estado, mas apercebi-me que o senhor fala numa falha de um Governo que está a meio do seu mandato.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a urgência?

O Orador: Eu queria dizer que nesta matéria, como aliás noutras, por diversas vezes, nós assistimos ao PSD a não resistir à tentação de instrumentalizar todos esses processos para reescrever a história, porque é disso que se trata, Sr. Deputado, digo-lhe com toda a frontalidade, e desresponsabilizar o PSD.

Sr. Deputado, se quer colocar (e foi o senhor que o fez) a questão no plano dos Governos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estamos analisando a urgência!

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Ah, é?!

O Orador: ... eu devo dizer que durante cinco anos os Governos do PSD nada fizeram na resolução deste problema.

Portanto, nós achamos que esta matéria deve ser aqui tratada no âmbito desta urgência e já discutiremos de seguida.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votará favoravelmente o pedido de urgência desta pronúncia por iniciativa própria apresentada pelo PSD

(Diálogo entre os Deputados Duarte Freitas e Francisco César)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... entre muitas outras razões, por uma...

Talvez merecesse a pena votarmos primeiro a urgência para ver se continuamos a discussão ou não (não é?). Ainda não votámos a urgência e já estamos todos a fazer o debate, assim é uma grande confusão. Vai haver debate? Ainda não percebemos!

Vou voltar ao princípio, Sra. Presidente, se me permite.

O Bloco de Esquerda votará favoravelmente a urgência do debate e da tomada de posição desta Casa relativamente à iniciativa do PSD, por, entre muitas outras razões, uma, a que apenas se pode chamar exigência de decência de tratamento do Estado e dos Governos da República (não é do Governo! É dos Governos da República) para com a Região Autónoma dos Açores.

Vinte anos depois de ter sido identificada a inevitabilidade da construção de um Estabelecimento Prisional em Ponta Delgada, dez anos depois de ter sido consignada a construção de um Centro Tutelar e Educativo para Jovens na Região Autónoma dos Açores, neste momento o que nós temos é uma mão cheia de coisa nenhuma.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

A Oradora: Findas que são promessas sucessivas de sucessivos governos, de sucessivas cores partidárias, é o momento desta Casa mais uma vez dizer basta. Portanto, a urgência é mais do que compreensível.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência então dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O reconhecimento das condições degradantes e atentatórias dos direitos humanos relativas ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, as condições precárias da Cadeia da Horta, não são assuntos recentes, embora pela sua importância refira as observações feitas pelo Observatório dos Recursos Humanos e pelo Provedor de Justiça, ambos em 2016.

O Observatório dos Direitos Humanos referia em abril desse ano – cito – “O Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada apresenta uma situação de sobrelotação grave, sendo preocupantes as condições higiene-sanitárias claramente deficientes face ao número de reclusos existentes na mesma cela configurando tratos degradantes e desumanos”.

Em maio do mesmo ano, o Sr. Provedor de Justiça, num relatório elaborado na sequência de uma visita ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, afirmava que – cito – : “a separação de reclusos não se encontra assegurada com a junção de recentes e mais antigos, jovens e mais velhos, preventivos e condenados, primários e reincidentes”, acabei de citar.

O relatório sobre o sistema prisional e tutelar do Ministério de Justiça, de setembro último, confirma “as condições deficientes dos dois Estabelecimentos Prisionais, apontando para a necessidade da realização de obras no Estabelecimento Prisional da Horta, reconhecendo a sua também sobrelotação, a exiguidade dos espaços para tempos livres dos seus reclusos e reafirma o mesmo relatório o estado de degradação do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada que nunca foi objeto de obras de conservação e de beneficiação e não possui condições para ser reabilitado ou recuperado”, citei.

Quer isto dizer que Ponta Delgada necessita da construção de um novo Estabelecimento Prisional.

A construção de um novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada tem atravessado diferentes Governos da República, desde 2007, desde que então o Ministro da Justiça Alberto Costa se comprometia com a construção da Cadeia de Ponta Delgada, sem que daí tenham resultado quaisquer consequências.

Há, no entanto, uma verdade inquestionável: os Governos do passado já foram alvo do julgamento dos portugueses, incluindo os açorianos como portugueses que são, em eleições, e o que há neste momento para avaliar são os compromissos do atual Governo da República.

Deputado Francisco César (PS): Que ainda não foi a eleições!

O Orador: Muitas têm sido as promessas, mas há que passar das palavras aos atos.

Passaram-se quase dois anos sobre a posse do atual Governo da República e não se vislumbra qualquer verba no Orçamento de Estado que traduza uma vontade

efetiva da construção de um novo Estabelecimento Prisional com as dimensões adequadas à sua população, à atualmente existente e aquela que se encontra espalhada por estabelecimentos prisionais do Continente e da Madeira, contrariando a defesa do princípio da proximidade dos reclusos às suas famílias como condição necessária à sua reinserção social.

A par da necessidade absoluta da construção torna-se necessária a realização de obras que minimizem a degradação em que se encontra o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, onde não há uma única cela individual e obras urgentes no Estabelecimento Prisional da Horta, criando novos espaços para os reclusos e humanizando aquele espaço.

De igual forma, urge a correção de uma situação injusta e ela própria contraditória com os princípios de inserção da vida em comunidade. Referimo-nos aos jovens com idades compreendidas entre os 12 e 16 anos, que ao abrigo da lei tutelar educativa têm de ser deslocados para fora da Região, porque nos Açores, apesar do compromisso da construção de um Centro Tutelar Educativo em 2007, ele não existe, sendo assim impelidos a cumprir uma dupla pena: a que lhe é aplicada pelo sistema judicial e a que resulta de a ter que a cumprir fora dos Açores.

É neste contexto, Sras. e Srs. Deputados, e que ciente de que todos os partidos e Representações Parlamentares nesta Casa estarão de acordo com os investimentos estruturais necessários no sistema prisional e tutelar de menores, que trazemos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma proposta de pronunciamento pela inclusão das verbas necessárias à concretização dessas estruturas no Orçamento de Estado de 2018.

Disse.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Agora, sim, vamos discutir a matéria.

Sr. Deputado Luís Maurício, nós procedemos, como deve calcular, a um juízo de mérito e a um juízo de oportunidade sobre esta proposta e daí termos votado a favor da urgência e também termos analisado profundamente o seu conteúdo e as consequências da sua aprovação.

Eu devo referir que para nós é muito importante que fique claro que a história destes problemas que são aqui levantados, quer da prisão de Ponta Delgada, ou da prisão da Horta, quer da outra unidade que também pretendem ver consagrada como investimento relacionada com os menores, são aspetos que não começaram hoje e nós não estamos no ano zero destes problemas.

Como eu referi há pouco, embora de forma descontextualizada, é verdade, nos cinco anos dos governos do PSD e do CDS não houve qualquer desenvolvimento neste assunto, apesar também dos compromissos e das promessas que foram feitas nesse sentido, no sentido de se avançar com esses investimentos.

Se me permite, Sr. Deputado, o tom dos vossos considerandos é o tom de quem tenta esquecer esta questão e tenta reescrever a história, desresponsabilizando os Governos do PSD e desresponsabilizando o PSD. Como deve calcular o PS não alinha neste tipo de postura.

Também gostava de referir, Sr. Deputado, que o Partido Socialista, neste como em muitos outros problemas que nós temos enfrentado ao longo de várias legislaturas, com Governos nacionais do PSD, do PS, ou de coligação, confia sempre no quadro e no regime autonómico com a força e o quadro ideal para resolver os nossos problemas e não nos pomos a fazer queixinhas ao Sr. Presidente da República como por vezes o PSD faz...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... com uma certa ligeireza, sublinho.

O senhor falou em governos. Há pouco, como lhe referi, eu acho que isso é uma falha do Estado. Isto agora está na moda, na sequência dos trágicos incêndios falar-se nisso, mas eu acho que esta é que deve ser a postura correta. Mas não foi esse o caminho que o PSD resolveu seguir.

Mas eu gostava que ficasse bem claro, Sr. Deputado: uma coisa é nós concordarmos com a parte resolutiva desta Resolução, desta vossa proposta, outra é alinharmos na instrumentalização que o PSD faz nos seus considerandos. Como já referi, nós não faremos isso.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O sentido de voto do PS nesta proposta tem um significado claro e inequívoco de apoiar uma causa justa, mas o nosso posicionamento tem também um segundo sentido que eu não posso deixar de aqui referir.

É o sentido de destruir a mentira que muitos partidos da oposição, com frequência muito acentuada, fazem crer de que o PS nos Açores, de que o Governo Regional, e este Grupo Parlamentar de alguma forma, se curvam e abdicam das suas convicções quando enfrentamos um Governo da República do PS.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Isto é absolutamente falso como fica e ficará uma vez mais aqui provado.

O PS-Açores orgulha-se muito, ao contrário de outros, de nunca vacilar na defesa dos Açores e na defesa dos interesses da nossa Autonomia.

Estivemos e estaremos sempre na primeira linha dessa defesa e afirmamos sempre a defesa da nossa Região, muitas vezes sozinhos, quer seja contra Bruxelas, quer seja contra o Governo que estiver em Lisboa, quer seja –

imaginem! – mais recentemente contra o Governo dos Estados Unidos e contra o U.S. Congress.

Nós, quando se trata de defender os Açores, não temos qualquer dúvida nem qualquer hesitação connosco. É sempre os Açores primeiro.

Deputados João Vasco Costa e André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nós concordamos com a parte resolutiva desta proposta de resolução, mas também achamos que a situação política nacional, que a sensibilidade do Governo da República, que o trabalho incansável dos nossos três Deputados na Assembleia da República e que a força do Governo Regional do PS permite-nos encarar um futuro com uma solução que surgirá com otimismo e esperança e aqui aproveito também para referir que há passos muito importantes que já foram dados e que foram aqui completamente ignorados.

Já há um terreno para a construção da nova cadeia.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD e BE: Ah!...

O Orador: Há verbas no Orçamento de Estado para proceder aos investimentos que foram aqui referidos. Portanto, há desenvolvimentos e uma coisa nós podemos já afirmar: este Governo do PS na República, por esta causa, já fez em dois anos mais do que o vosso Governo fez durante cinco.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não há a mínima dúvida sobre isso. Por isso é que eu falo no horizonte de esperança. É aquele horizonte de esperança, que a oposição que integra o Deputado Duarte Freitas diz que ele não tem e que ele não é capaz de proporcionar ao seu partido, que nós achamos que o novo contexto político que aqui referi comporta esse horizonte para os Açores.

Um horizonte de esperança o PSD não tem, mas o PS tem, para a resolução deste e de muitos outros problemas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Centros Educativos no qual a educação para o direito assume primazia constitui uma forma de aprendizagem de normas, de regras, convivência social, no qual queremos dotar esses jovens, estes menores, das ferramentas para ingressar na comunidade.

O internamento nestes centros é, de facto, feito em última instância e só acontece face à insuficiência ou ineficácia de outras respostas fora da exteriorização. Daí se aplica uma medida mais severa que acaba por ser o internamento no Centro Educativo.

O afastamento temporário destes jovens do seu meio habitat constitui uma mudança brusca na vida destes menores, daí que a proximidade do centro onde o jovem está internado face ao local de proveniência assume particular relevância e acaba por contribuir para a minimização dos efeitos negativos que possam causar junto do indivíduo, junto da sua família.

Não podemos ignorar é o seguinte: a aplicação desta medida é a reinserção.

O que é que significa reinserção, meus senhores?

Significa simplesmente um processo de investimento pessoal, individualizado. Vamos trabalhar em rede: o jovem, família e o Estado.

Neste sentido, a articulação entre a família, digamos, a família de referência, e os técnicos, tem um papel extremamente relevante.

Vejamos o caso que muitos destes jovens vêm de meios familiares problemáticos e socioeconómicos desfavorecidos, daí que a articulação entre as famílias e os técnicos e nomeadamente a participação e o envolvimento dos pais no processo educativo destes jovens também reforça as competências parentais e, conseqüentemente, proporciona uma facilidade ao nível da integração deste jovem na comunidade.

O que é que acontece nos Açores?

Os nossos jovens são simplesmente reencaminhados para fora da Região, ou seja, estão a cumprir uma dupla pena.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso não é inteiramente verdade! Isso é mentira!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai explicar a seguir por que é que é mentira!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Considerando que a intervenção, como nós socializado, envolve a promoção e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais de modo a preparar o indivíduo a ingressar na comunidade;

A articulação com a família e o regresso à comunidade apresentam-se como desafios tão ou mais importantes do que a angariação ou a obtenção de um posto de trabalho;

O afastamento temporário destes jovens da família constitui uma mudança brusca no seu quotidiano;

Sendo assim, perguntamos:

Como é que é possível promover a reinserção social destes jovens quando estão fora da Região, comprometendo o envolvimento das famílias, comprometendo

os resultados a alcançar e conseqüentemente agravando o seu desenraizamento quer a nível familiar, quer a nível social?

Podemos afirmar que os direitos desses menores são salvaguardados quando estão internados em unidades que estão a cerca de 900 milhas da sua família e de todo o seu meio social?

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Milhas ou quilómetros?

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Urge encontrar uma solução para estes menores e promessas não faltaram para garantir uma solução. Senão vejamos:

É absolutamente oportuno e adequado recordar ao Governo Regional que o Sr. Presidente do Governo, em novembro de 2016, não só defendeu a necessidade de ser ultrapassada com urgência (classificou: **urgência**) a questão dessas crianças e jovens, como também manifestou a disponibilidade e interesse em colaborar com a República para que fosse salvaguardado – e passo a citar – “o superior interesse destas crianças, destes jovens açorianos”.

Importa ainda recordar que em março de 2009 a então Sra. Secretária da Solidariedade Social garantiu a construção de um Centro Educativo nos Açores, cuja entrada em funcionamento se previa para 2010.

Mas podemos ainda ir a setembro de 2008. O então Secretário Regional dos Assuntos Sociais assinou um acordo com o Ministério da Justiça visando a criação deste centro.

Na verdade, a Portaria 102/2008, de 1 de fevereiro, cria o Centro Educativo nos Açores, mas volvidos quase 10 anos continuamos com promessas.

Assim sendo, gostaríamos de colocar as seguintes questões ao Governo Regional:

Que diligências encetou no âmbito das suas competências junto do Governo da República para que esta questão fosse urgentemente ultrapassada?

Que ações o Governo Regional desenvolveu no sentido de minimizar o impacto negativo com o internamento que causa a estes jovens e às suas famílias?

Que ações o Governo Regional desenvolveu no sentido de facilitar a reinserção social destes jovens?

Não basta as promessas!

Não basta manifestar intenções!

Temos que passar à ação!

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Será que as nossas crianças e jovens vão ter de esperar mais 10 anos para que se encontre a devida solução?

Será que vão ter de esperar mais 10 anos para ver os seus direitos salvaguardados?

Ou será que o interesse superior desses menores será hoje defendido nesta Casa da Autonomia recomendando ao Governo da República que, em conjunto com o Governo Regional, promova as diligências necessárias para que se dê o início

da construção desse centro inscrevendo uma verba para o efeito no Orçamento de Estado 2018?

Tenho dito.

Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que a intervenção da Sra. Deputada Maria João Carreiro é da maior importância e é da maior importância por várias razões, desde logo, porque apresenta uma preocupação que todos nós partilhamos, a necessidade de certos equipamentos sociais de proximidade serem construídos para poder haver um melhor acompanhamento por parte das famílias.

Só que, Sra. Deputada, é preciso ter muito cuidado com isso, e se me permite, eu acho que a senhora toca aqui num ponto que, por vezes é um erro que o PSD comete muitas vezes e que é uma visão destorcida da Autonomia.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Visão destorcida?

O Orador: Sim! Eu já lhe explico, se me permitir.

Porque muitas vezes a Sra. Deputada fala como uma pessoa que vive ou na Terceira, ou em São Miguel, ou na Horta. Ao ouvi-la falar, até parece que o PSD defende que se construa em cada ilha um Centro Tutelar Educativo na Região.

Sra. Deputada, nós somos nove ilhas. Vai existir sempre oito ilhas cujas famílias não vão poder prestar o apoio e a proximidade que a senhora aqui referiu e nós temos que ter...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Uma cadeira em cada ilha!!!

O Orador: ... também cuidado com estas considerações,...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não entre por aí!

O Orador: ... porque temos consciência que esta infraestrutura é necessária, esta infraestrutura vai melhorar a situação nos Açores, mas esta estrutura não é uma solução perfeita e é uma solução que deixa outras ilhas numa situação idêntica ou muito parecida à atual.

Nós somos um partido com uma forte consciência em matéria de autonomia regional. Portanto, é preciso ter muito cuidado com essas considerações.

Queria também dizer-lhe que eu lembro-me, Sra. Deputada (eu sei que não vai levar a mal a minha referência, espero que não leve a mal) quando éramos camaradas, da senhora defender – eu não estou a fazer isso para provocá-la...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Não!!!

O Orador: ... sinceramente...

Deputado Luís Maurício (PSD): É deselegante!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Não é deselegante!

Sr. Deputado, eu deduzo que a Sra. Deputada, assume, tal como eu, o seu passado político. Eu estou a dizer e o senhor já vai perceber por que é que eu estou a fazer isso.

Eu recordo-me, no tempo em que éramos camaradas, quando a senhora no interior do PS foi uma das pessoas que defendeu a necessidade de se construir uma comunidade terapêutica para os toxicodependentes nos Açores e nós estávamos de acordo na altura.

Portanto, eu felicito a Sra. Deputada. Mudou de convicção político-partidária, está no seu direito, mas manteve este entendimento sobre a importância destas infraestruturas sociais de proximidade.

Isso é muito importante. Só acho é que nós, reconhecendo a importância dessas infraestruturas, temos que ter consciência que somos nove ilhas. Não somos uma ilha e mais oito bocados.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Agricultura e Florestas:

Uso da palavra para participar neste debate e para em nome do Governo deixar duas ou três notas sobre aquela que tem sido a nossa participação e o trabalho que já desenvolvemos neste âmbito.

O Projeto de Resolução que é aqui apresentado pelo PSD junta um conjunto de questões. Fala não só do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, fala também da intervenção no Estabelecimento Prisional da Horta e fala também na criação de um Centro Tutelar Educativo nos Açores.

Relativamente ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, informo a câmara, aliás é uma informação que já é pública, que segundo aquilo que ficou definido e acordado na declaração conjunta, aquando da visita do Sr. Primeiro-Ministro aos Açores, o Governo dos Açores se comprometia em ajudar na localização e definição de um terreno para a instalação do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Isso, como sabem, era uma matéria que não estava definida, que se arrastou ao longo de algum tempo e durante muito tempo existiram várias indefinições sobre aquela que seria a melhor localização para o novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, no caso agora de São Miguel.

Esse trabalho está feito, foi identificado, foi definido e já no último Conselho de Governo, na Ilha de São Jorge, já foi aprovada uma Resolução do Conselho de Governo que cede a título gratuito a designada e conhecida como “Mata das Feiticeiras”, no concelho da Lagoa, para a instalação e para a construção do novo Estabelecimento Prisional, no caso da Ilha de São Miguel.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, tendo em conta aquilo com que nos comprometemos na declaração conjunta, tendo em conta também o conjunto de contactos que tivemos, quer o Sr. Presidente do Governo com a Sra. Ministra da Justiça e com o Sr. Primeiro-Ministro, quer eu próprio com a Secretária de Estado Adjunta da Justiça sobre esta matéria, é esta a evolução que temos.

Está definido o terreno, estão a ser desenvolvidos todos os procedimentos para a formalização dessa cedência e também tendo em conta aquilo que consta do Orçamento de Estado e a informação que temos, estará a muito curto prazo, tudo a postos para que este investimento possa ser realizado e possa ser resolvido. Refiro-me ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada. Isso eu julgo que ficará bem claro e bem evidente num futuro muito próximo aquando da discussão no âmbito do Orçamento do Estado, quer na globalidade, quer também na especialidade.

Relativamente ao Centro Tutelar Educativo não posso deixar de dizer o seguinte:

Sra. Deputada Maria João Carreiro, eu não resisto a devolver-lhe as perguntas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o da Horta?

O Orador: De facto, como é que é possível nós querermos mais e melhor inclusão social para estes jovens quando os Centros Tutelares estão deslocados? Mas também faço-lhe outra pergunta, devolvendo-a também nos termos das diligências: que diligências é que fizeram os Deputados do PSD-Açores ou o PSD-Açores, nos últimos quatro anos, relativamente à existência, ou não, de um Centro Tutelar Educativo na Região? Também é uma pergunta que me parece pertinente e que julgo interessante que me responda.

Devolvo-lhe desta forma porque, de facto, Sra. Deputada, parece-me importante que façamos um pouco de história.

Deputado Luís Maurício (PSD): Vamos olhar para frente, deixemos o passado!

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício, permita-me dizer-lhe: nós na atividade política todos temos um passado.

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade!

O Orador: E no caso em apreço nem é um passado muito longínquo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas em relação ao meu passado?

O Orador: Portanto, não seja de ser curioso esse seu registo de vamos olhar para a frente, não falemos do passado, quando é indiscutível que os senhores estiveram entre 2011 e 2015 no Governo da República e não avançaram em

nada com a resolução do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada ou com a criação de um Centro Tutelar Educativo nos Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

O Orador: Aliás, pelo contrário. Minto! Na segunda questão até andaram, mas andaram para trás, por isso é que eu devolvo as perguntas à Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Relembrou e muito bem aquilo que se passou em 2008, aquando da assinatura de um protocolo entre o Instituto de Ação Social e a Direção-Geral de Reinserção Social para a criação aqui nos Açores de um Centro Tutelar Educativo. Aliás, na altura até havia a referenciação de um possível edifício para a instalação desta valência que poderia ficar, e foi identificado como sendo possível, na Casa do Gaiato, nas Capelas, em Ponta Delgada.

Deputado José San-Bento (PS): É verdade!

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Onde é que está?

O Orador: Esse protocolo foi assinado, foi desenvolvido um conjunto de reuniões preparatórias, foi, aliás, feito um conjunto de visitas técnicas que culminaram em 2010, e que começou-se a elaboração do projeto.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Onde é que ele está?

O Orador: Depois o que é que aconteceu, Sra. Deputada? Recorda-se?

Recorda-se que em 2011 o Governo do Partido Socialista caiu.

Ganhou as eleições o PSD e o CDS.

E o que é que aconteceu?

Meteram o projeto na gaveta!... Meteram esta questão na gaveta!...

E não contentes com isso, em 2013 não só não avançaram com o Centro Tutelar nos Açores, meteram o projeto na gaveta, como fecharam o Centro Tutelar Educativo na Madeira...

Deputado Paulo Parece (PSD): Porque não tinha condições!

O Orador: ... porque entenderam que deviam centralizar os Centros Tutelares Educativos no Continente Português e que não deveria haver Centros Tutelares Educativos na nossa Região.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, eu devolvo-lhe as perguntas, porque também me parece que é importante ter em conta este passado...

Deputado Paulo Parece (PSD): Em Évora tem um bom centro!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Grupo Lena e Sócrates!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... e perceber o que cada um fez para resolver esta questão.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Grupo Lena e Sócrates!

O Orador: Da nossa parte, é muito claro.

Queremos que se faça rapidamente o Estabelecimento Prisional no caso de São Miguel e tal como Sra. Deputada bem lembrou, aquando das declarações do Sr. Presidente do Governo relativamente a essa matéria, essa é também uma

preocupação nossa que já foi várias vezes referida ao Governo da República e que esperamos, muito a curto prazo, possa ter também uma solução.

Portanto, Sra. Deputada, é importante que todos tenhamos em conta o nosso passado e que todos tenhamos em conta as responsabilidades que temos, as responsabilidades que tivemos e a forma como os assuntos devem ser resolvidos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com toda a serenidade, porque o objetivo que aqui nos traz, é lutarmos todos para que o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada seja efetivamente construído,...

Deputado José San-Bento (PS): Bem lembrado, Sr. Deputado!

O Orador: ... que as obras no Estabelecimento Prisional da Horta sejam feitas e que nos Açores seja construído o Centro Tutelar Educativo de Menores.

Mas não resisto, e vão-me permitir que assim o faça, até porque as provocações no bom sentido (bem entendido) feitas pelo Sr. Deputado José San-Bento, levam-me a que eu também possa não reescrever o passado, mas lembrar o passado.

Deputado José San-Bento (PS): Também é importante!

O Orador: É que o Sr. Deputado José San-Bento tem uma falha de memória.

Deputado José San-Bento (PS): Às vezes!... Quando durmo mal!

O Orador: A ele só se lhe recordam os acontecimentos ocorridos durante a vigência dos Governos do PSD e PSD-CDS.

Deputado José San-Bento (PS): Também do Governo Sócrates, sim, sim!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento (recordo aquilo que foi a minha primeira afirmação no início desta minha segunda intervenção), o que interessa é resolver o assunto. Mas respondendo às suas provocações...

Deputado José San-Bento (PS): Não foram provocações!

O Orador: ... o passado inicia-se em 2007, quando o Partido, de que o senhor é militante e deputado, era Governo da República, em que o Ministro Alberto Martins, ao lado do Presidente Carlos César, prometia, já naquela altura, a construção do Estabelecimento Prisional em Ponta Delgada.

Deputado José San-Bento (PS): É verdade, sim senhor!

O Orador: Mas onde é que o senhor andava, e a sua memória, para tentar esquecer esse passado?

Deputado José San-Bento (PS): Fomos derrotados!

O Orador: Foram compromissos do PS e do Governo da República liderado pelo PS que não foram cumpridos.

Portanto, a história, Sr. Deputado, tem que ser toda descrita. Nós não podemos ocultar parte da história. Temos que a descrever.

Portanto, o Partido Socialista tem responsabilidades na matéria.

Há aqui uma diferença, já que me levou a fazer essas afirmações. Mas ainda há uma outra matéria, Sr. Deputado José San-Bento, que lhe gostaria de relembrar. É que as condições em que o país vivia no tempo em que a troika veio para cá, chamada pelo vosso Ministro das Finanças Teixeira dos Santos, era bem diferente das condições que o país vivia em 2007.

Deputado Francisco César (PS): Era!

O Orador: Portanto, não houve condições durante os Governos PSD-CDS para prometer aquilo que não podia ser cumprido, e não foi prometido,...

Deputado André Bradford (PS): Ah, foi por causa disso?!

O Orador: ... ao contrário daquilo que os senhores fizeram, que prometeram de forma sucessiva as cedências dos terrenos. Este terreno que está aqui da Lagoa e outro situado no Pico da Pedra, se o senhor quiser, eu tenho aqui em citações desde 2007,...

Deputado José San-Bento (PS): Eu também tenho!

O Orador: ... de Alberto Costa, Carlos César, Vasco Cordeiro, todos esses dirigentes, digníssimos dirigentes do Partido Socialista...

Deputado Francisco César (PS): E de Passos Coelho, não tem?

O Orador: Não prometeu aquilo que não conseguia cumprir. Os senhores...

Deputado Francisco César (PS): Não, não, não! Nem falou foi dos Açores!

O Orador: ... prometeram aquilo que nunca cumpriram. Portanto, compromissos assumidos foram compromissos não cumpridos da vossa parte.

Deputado Francisco César (PS): E Pedro Passos Coelho?

O Orador: É disso que os senhores têm que ser relembrados.

Por outro lado, Sr. Deputado José San-Bento, referiu V. Exa. uma expressão que gosta muito de utilizar,...

Deputado José San-Bento (PS): Não me chame V. Exa., porque não gosto!

O Orador: ... é que o PSD de quando em vez gosta de fazer queixinhas ao Presidente da República.

Sr. Deputado, vamos aqui, se tiver atenção, reler-lhe só um dos componentes de um projeto resolutivo que o Partido Socialista apresentou nesta Casa sobre (passo a citar) “pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contra o encerramento de serviços de finanças nos Açores”.

Deputado André Bradford (PS): E abriu agora!

Deputado Francisco César (PS): Por acaso reabriu!

O Orador: Nesse vosso Projeto de Resolução, na componente resolutive, o ponto dois dizia assim: “apelar ao Sr. Presidente da República para que intervenha no sentido de garantir o cumprimento da Constituição e o cumprimento dos princípios de coesão nacional e territorial, respeitando as especificidades...”

Deputado Francisco César (PS): Foi a Assembleia!

O Orador: ... da Região Autónoma dos Açores”.

Ou seja, o Sr. Deputado José San-Bento e o Partido Socialista têm dois pesos e duas medidas.

Deputado José San-Bento (PS): Não têm e já lhe explico!

O Orador: Quando o Governo da República é do Partido Socialista, a oposição faz queixinhas ao Presidente da República.

Deputado José San-Bento (PS): Não é assim! Já lhe explico!

O Orador: Quando o Governo, a nível da República, não é do Partido Socialista, somos nós que fazemos.

Sr. Deputado, não se tratam de queixinhas. Trata-se de fazer um apelo ao mais alto magistrado da nação e que por via do exercício da sua magistratura de influência seja capaz, como elemento eleito por todos os portugueses de forma direta, de pressionar os Governos, de resolver os problemas dos cidadãos. É bem diferente aquele conceito que o senhor usa de queixinhas e como vê acabei de o autorretratar a fazer por parte da sua bancada...

Deputado José San-Bento (PS): Não, não! Eu já lhe explico! O PSD tem uma história sobre essa matéria!

O Orador: ... aquilo que o senhor acusa que nós agora fizemos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, Srs. Deputados, eu queria perguntar ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, e já vai perceber por que é que eu lhe pergunto isso, em setembro de 2016, uma nota da LUSA fazia referência à visita do Diretor Geral da Reinserção e Serviços Prisionais, Dr. Celso Manata, onde dizia assim: “Por decidir está, contudo, a localização do futuro Estabelecimento Prisional, matéria que será abordada hoje [dia 13 de setembro de 2016] numa reunião de trabalho com o Governo Regional dos Açores”.

Ora, estando a questão do terreno decidida, o que eu lhe queria perguntar, Sr. Secretário Regional, é, em que é que o Governo Regional dos Açores participou no âmbito da elaboração de um plano funcional do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada?

Não faz sentido ceder um terreno para a construção de um Estabelecimento Prisional sem saber quais são as suas valências? Se há áreas orientadas para a reinserção dos reclusos? Se tem espaços para hortas? Se tem espaço para o exercício da agropecuária? Se se prevê ou não a existência de oficinas de carpintaria? Estou a dar-lhe aqui vários exemplos.

Portanto, queria questioná-lo diretamente. Não se ria, não se ria!...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Eu não me estou a rir!

O Orador: Eu não sei se se está a rir de mim, se é do assunto que eu estou a abordar, dos reclusos e das condições em que eles se encontram.

Portanto, o que lhe estou a perguntar, Sr. Secretário Regional, é, em função dessa cedência, qual é o plano funcional para esse Estabelecimento Prisional? Qual é o conhecimento que o Governo Regional tem desse plano funcional? E deveria, nesse sentido, esclarecer aqui esta câmara sobre este plano funcional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O Governo dos Açores é que vai resolver o problema da cadeira?

O Orador: Sim, o Diretor Geral dos Serviços Prisionais esteve reunido com o Sr. Presidente do Governo no dia 13 de setembro de 2016 a discutir o plano funcional do Estabelecimento Prisional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O Governo dos Açores é que vai resolver o problema do plano funcional?

O Orador: Eu não concebo que se entregue um terreno para construção de um Estabelecimento Prisional sem que o seu plano funcional esteja discutido. Que conhecimento tem o Governo Regional do plano funcional do futuro Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada?

Segunda pergunta: foi ou não constituído um grupo de trabalho para o desenvolvimento desse plano funcional?

Desse grupo de trabalho fez ou não parte algum elemento do Governo Regional?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões prévias:

O Bloco de Esquerda não vai obviamente entrar neste jogo de culpas, também conhecido por “atira a batata quente a quem quiser apanhá-la”,...

Deputado José San-Bento (*PS*): Não é jogo, Sra. Deputada!

A Oradora: ... porque os açorianos e açorianas, com uma pequena e curta pesquisa, aos últimos 20 anos e aos sucessivos governos dos últimos 20 anos, Governos da República e Governos da Região Autónoma dos Açores,

perceberão imediatamente as culpas, as responsabilidades e como elas estão de uma maneira ou de outra bem repartidas.

Portanto, ponhamos de lado, pelo menos para nós, este jogo sobejamente conhecido, mas que normalmente não nos leva a lado nenhum.

Dizer também que o Bloco de Esquerda, não fora os condicionalismos próprios deste nosso plenário que por razões trágicas foi encurtado, teria apresentado um Projeto de Resolução, também com pedido de urgência, sobre esta mesma matéria, com uma diferença, e é importante a diferença que vou referir, porque depois vou centrar-me naquilo que para nós é mais importante neste momento.

O nosso Projeto e o pedido de urgência, também no sentido de uma pronúncia por iniciativa própria desta Assembleia, seria para incidir exclusivamente no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, não porque as condições dos reclusos no Estabelecimento Prisional da Horta sejam mais dignas, porque não são, não porque o Centro Tutelar e Educativo não seja uma vergonha,...

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade!

A Oradora: ... que ainda não exista 10 anos depois de ter sido não só prometido, como assertado que ele iria existir e que era uma necessidade, mas porque é preciso estabelecer prioridades, Sras. e Srs. Deputados e, com toda a margem de erro que poderemos ter, neste momento a prioridade, sobretudo para inscrever verba no Orçamento de Estado para 2018, para nós é sem dúvida nenhuma o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, porque é aquele onde várias entidades de alta responsabilidade disseram, preto no branco, que era um verdadeiro atentado aos direitos humanos, não é na Região, é no nosso país.

Dito isto, o Sr. Deputado José San-Bento disse que nós não estamos no ano zero destes problemas. De facto, não estamos. Tem toda a razão, Sr. Deputado.

O que nós estamos é no ano zero da resolução destes problemas. Os problemas já estão no 20.º ano, no 10.º ano.

Solução? Zero!

Portanto, estamos no ano zero das respostas.

A memória política é muito curta, umas vezes por distração dos cidadãos e das cidadãs, outras vezes porque os acontecimentos se atropelam sucessivamente, mas é bom, numa curta pesquisa, e confesso-vos que bastante aleatória, pegar nas sucessivas notícias, nas sucessivas iniciativas nesta Casa e fora desta Casa, visitas de vários governantes que se pronunciaram concretamente sobre o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, para vermos se é verdade que para o PS, ou com o PS, é sempre os Açores primeiro, como disse o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): É sim senhora!

A Oradora: Em abril de 2016, por iniciativa do Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, nesta Casa, uma pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa dos Açores relativamente à construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

Na parte resolutiva constavam três pontos:

Primeiro ponto – “reafirmar a absoluta necessidade de ser dada prioridade em tempo adequado à construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada”;

Segundo ponto – “pela disponibilização rápida (**rápida**, Sras. e Srs. Deputados; estamos em abril de 2016, quatro dias depois da visita da Sra. Ministra da Justiça a esta Região) das verbas necessárias para iniciar a sua construção;

Terceiro e último ponto – o envolvimento em todo este processo do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

Neste momento, eu tenho que perguntar ao Sr. Secretário Regional da Presidência quais foram as diligências? Não me vai dizer seguramente que a diligência feita entre abril de 2016 e outubro de 2017 foi a disponibilização de um suposto terreno...

Deputado Francisco César (PS): Então se não era um suposto terreno, era um terreno de verdade!

A Oradora: ... porque eu vou rir-me e os açorianos também vão rir-se e vão perguntar-lhe, Sr. Secretário, onde é que andou o Governo durante um ano e meio? Andou à procura do terreno?!

Mas esta Resolução tinha mais dois pontos.

O que é que o Governo Regional fez com esta Resolução aprovada por unanimidade, obviamente também pelo Partido Socialista (primeiro ponto, segundo ponto, terceiro ponto)? Aguardo a resposta, Sr. Secretário Regional.

Depois, Sras. e Srs. Deputados, vamos começar em março de 2016.

“Ministra da Justiça garante iniciar o processo para a construção da nova prisão em Ponta Delgada.

O Ministério da Justiça anunciou que este novo Estabelecimento vai arrancar este ano (repito: “vai arrancar este ano”, março de 2016), estando também prevista a beneficiação da atual cadeia.

Ainda em março de 2016 a intervenção no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada deverá ocorrer durante o verão para garantir a beneficiação do Estabelecimento Prisional”.

Ainda em março de 2016, o Sr. Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, anunciou, ao lado do Sr. Primeiro-Ministro António Costa, a construção do novo Estabelecimento Prisional e desta reunião (cito) “já saiu a decisão que é para avançar com esta construção e dentro em breve (estamos em março de 2016) deslocar-se-ão aos Açores técnicos que poderão fazer uma escolha das várias possibilidades, do local, que existem” – março de 2016!

Gostava de saber também, Sr. Secretário Regional, que técnicos, quantos técnicos, o que é que os técnicos fizeram, o que é que viram, já que estamos em outubro de 2017?

Mas continuemos. Agora vamos para janeiro, fevereiro, março, abril...

Abril de 2016!... “Ministério da Justiça investe 350 mil euros para a manutenção da Cadeia de Ponta Delgada. As obras devem arrancar até ao final deste mês (mês de abril de 2016), porque existe a necessidade (palavras da Sra. Ministra) muito urgente (**a necessidade muito urgente!**) de realizar estas obras para acautelar situações de risco”.

Vamos para junho 2016, Sras. e Srs. Deputados.

Em junho de 2016, “a Ministra da Justiça definiu um valor inicial de 350 mil euros, mas afinal decidiu investir 800 mil para a recuperação do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada”. E reparem bem no preciosismo, “os trabalhos vão ser realizados por fases, ao longo dos próximos meses”.

Já vimos desde março de 2016 a dizer isto: é agora! É no fim do mês!

Agora já não! Agora é nos próximos meses!

E os reclusos de Ponta Delgada vão para o Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo para que as obras possam ser feitas com maior tranquilidade.

A verdade é que não há um andaime, uma escada, um pintor (nada!...) no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada e estamos em outubro de 2017.

Continuemos!... Agosto de 2016, Sras. e Srs. Deputados! “Prisão está sobrelotada e com obras em atraso. Criada para receber 110 reclusos, o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada conta atualmente com o dobro da população prisional. As camaratas onde deveriam viver os reclusos recebem 14 a 16 homens, quando deveriam ter cerca de metade deste número. Três reclusos neste mesmo mês, agosto de 2016, foram hospitalizados após consumirem drogas sintéticas. A situação foi diagnosticada após o horário das visitas...

Deputado André Bradford (PS): Não tem nada a ver com as instalações!

A Oradora: ... e aconteceu devido à dificuldade em controlar a entrada das visitas.”

Aliás, o controlo, com uma nova Portaria, das visitas, era uma das necessidades urgentes que a Sra. Ministra, e bem, identificou no Estabelecimento Prisional, era uma das obras que ela queria fazer em março de 2016, para evitar situações de saúde e quase praticamente vida ou de morte como este.

Mas continuemos, Sras. e Srs. Deputados.

Janeiro de 2017!... Finalmente chegámos a este ano! Passou o ano todo de 2016. Janeiro de 2017!... “Ministra promete intervenção na Cadeia de Ponta Delgada”.

A Sra. Ministra disse, e cito: “o parque penitenciário português é vetusto e necessita de intervenções urgentes e no vasto conjunto edificado de 49 Estabelecimentos Prisionais ainda se utilizam edifícios construídos no século XIX”, diz a Sra. Ministra.

Deputado Luís Maurício (PSD): 1956!

A Oradora: No século XIX, como é caso da Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada que tem cerca de 150 anos. Estamos em janeiro deste ano.

E finalmente, Sras. e Srs. Deputados, junho de 2017: “obras classificadas como muito urgentes continuam sem data à vista.” Estamos em outubro de 2017.

Sras. e Srs. Deputados, se isto que aqui está não é um pequeno resumo do que é o desrespeito e a indiferença pela Autonomia,...

Deputado José San-Bento (PS): Não é!

Deputado João Bruto da Costa (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: ... não é um pequeno resumo pela indiferença do Governo Regional e do Partido Socialista no diálogo igual para igual com o Governo da República, seja do Partido Socialista ou seja de outro partido qualquer, se isto não é a falência na Região Autónoma dos Açores da reinserção de pessoas, homens e mulheres que têm que cumprir uma pena e assim dar resposta àquilo que devem à sociedade, então Sras. e Srs. Deputados, eu não sei para que é que serve o Estabelecimento Prisional que não pode ser uma pena, uma dupla e uma tripla pena em cima seja de adultos, seja de jovens dos 12 aos 16 anos, seja de que idade forem. São pessoas e têm direito a uma dignidade que sucessivamente lhes tem sido negada.

E o último ano (o último ano!...) parece, sinceramente, ou é um filme de terror, ou é um filme cómico. Uma coisa é de certeza: desrespeito por esta Casa, desrespeito pelos açorianos e açorianas e, finalmente, desrespeito por aquilo que o Estado é obrigado a fazer e a garantir no seu território.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP considera que este é assunto sem dúvida urgente. É hora de assumirmos a nossa posição em relação a esta situação que é da mais elementar justiça e que é necessário solucionar.

É do conhecimento geral, do conhecimento público, as más condições da Cadeia de Ponta Delgada, a falta de condições na da Horta, colocando muitas vezes os reclusos destes dois Estabelecimentos Prisionais sem condições de dignidade.

É urgente melhorar as condições de ambas as infraestruturas facultando a dignidade, humanizando e respeitando quer os reclusos, quer os funcionários e respondendo assim às necessidades atuais.

Em relação à criação do Centro Tutelar Educativo dos Açores é sem dúvida também importante existir uma intervenção educativa e formativa numa perspetiva de proximidade, evitando que esses jovens tenham de ser deslocados. Há pouco, referia o Deputado José San-Bento, quanto à localização, afirmando que também poderia ser uma eventual situação discriminatória, pois teria de existir numas das ilhas. Tenho a dizer que efetivamente a distância que nos

afasta, por exemplo, no caso de São Jorge, de Ponta Delgada ou da Terceira, é bastante diferente da distância que nos coloca, por exemplo, de Lisboa.

Deputado José San-Bento (PS): Pelo menos isso não tem nada a ver com o que disse a Sra. Deputada!

A Oradora: Acho que é sem dúvida importante termos na Região esse centro por forma também a facilitar e promovendo a inserção desses jovens na sua comunidade, evitando que estes sejam afastados do seu meio habitual.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): A senhora diga isso em São Jorge!

A Oradora: E digo, e digo! Porque nós temos que ter consciência, senão tínhamos que estar aqui a defender, por exemplo, um estabelecimento prisional em todas as ilhas dos Açores e não é isso que nós defendemos...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

(Apartes inaudíveis da câmara)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem todos usam a demagogia, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... à semelhança do que acontece com outras infraestruturas a nível regional, por exemplo, como a Universidade dos Açores, como os hospitais. Não vamos estar aqui a defender (não é?) um hospital para cada ilha, por exemplo.

Portanto, acho que é perceptível a importância que este centro tem e a existência dele na Região, e ninguém, julgo eu, está à espera, da criação de um centro deste género em todas as ilhas dos Açores.

Portanto, é crucial e importante essa proximidade, fazendo com que esses jovens possam não estar afastados ou tão afastados do que é a sua realidade.

Mas mais importante do que isso acho que é hora de nos unirmos todos nesta que é uma situação urgente, de uma forma eficaz para a solução deste problema. É verdade e já foi dito aqui muito acerca do passado, do que é que têm sido os passos até agora. É uma situação transversal a todos os partidos políticos, mas consideramos que é hora de nos unirmos nesta que é uma situação urgente e que tem que ser solucionada, pois não é pelas pessoas se encontrarem privadas da sua liberdade que devem ser privadas da sua dignidade.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do Deputado João Bruto da Costa (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esta matéria, ou este conjunto de matérias que o PSD juntou na mesma iniciativa, é daquelas em que tipicamente será muito mais forte, efetiva e eficaz a voz deste Parlamento se nós fizermos um esforço para nos forcarmos no objetivo e um esforço menor em relação à leitura que cada um de nós faz do passado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Diga isso ao Sr. Deputado José San-Bento!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu estou a dizer isso particularmente para a bancada parlamentar do PSD.

Deputado Luís Maurício (PSD): Aceite isso como uma correção da sua bancada!

O Orador: Quanto mais capazes formos de controlar os nossos instintos políticos mais básicos, que é de considerar que os nossos amigos, os nossos companheiros têm sempre razão e os adversários, os camaradas, nunca têm razão, quanto mais capazes formos de fazer isso, mais forte é a nossa voz em matérias que são do interesse da Autonomia regional.

Portanto, este modelo de apresentar iniciativas que usam a parte inicial para ajustar contas políticas e depois tentar pôr na parte resolutiva aquilo que os outros partidos são quase obrigados a aprovar, nós já conhecemos, não nos parece que seja a melhor metodologia para fazer avançar os problemas, porque eu também podia perfeitamente vir para aqui para este debate, e dizer “sim senhor, estamos de acordo completamente, mas os avanços que se fizeram nesta matéria ao longo dos anos, foram sempre com governos do PS na República”.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade! Não venha para aqui dizer isso, porque isso não é verdade!

O Orador: É verdade, mas não resolve nada.

Eu podia, por exemplo, vir para aqui dizer, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Luís Maurício, que o Governo da República do Primeiro-Ministro Passos Coelho nunca disse aos açorianos que não havia dinheiro para fazer a Cadeia de Ponta Delgada.

O senhor sugeriu que, como era um governo responsável e tinha dificuldades financeiras, não podia fazer a Cadeia de Ponta Delgada, mas isso nunca nos foi dito.

Deputado Luís Maurício (PSD): Nunca vos foi dito? Os senhores reagiram publicamente sobre isso!

O Orador: O que nos foi dito é que se iria analisar, se iria ver.

Portanto, nós poderíamos perfeitamente centrar todo este debate neste tipo de questão.

Olhe, podia lembrar-lhe, por exemplo,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Pergunta ao Sr. Deputado José San-Bento as questões que ele fez sobre isso!

O Orador: ... que os serviços de finanças que o senhor referiu como tendo sido encerrados pelo Governo da República da coligação, foram agora reabertos pelo Governo da República do PS.

Deputado Luís Maurício (PSD): Os senhores fizeram queixinhas ao Presidente da República!

O Orador: Podia, por exemplo, lembrar-lhe isso, mas não é por aí,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Agora já não é por aí! O Sr. Deputado José San-Bento diz que é!

O Orador: ... não é dessa maneira que a nossa voz se torna...

Olhe, podia lembrar, por exemplo, à Sra. Deputada Zuraida Soares que o seu partido, na República, apoia este Governo da República e, portanto, tudo aquilo que disse sobre os avanços e retrocessos está a dizer de si própria, embora não o tenha dito.

E nós assumimos como parte do problema.

Deputada Zuraida Soares (BE): Nós, quem?

O Orador: Nós, todos aqui. A nossa bancada, em particular.

Nós somos daqueles que ainda não conseguimos resolver este problema, mas a senhora também é, e a senhora tem especiais responsabilidades a partir do momento em que o Governo da República é viabilizado pelo seu apoio.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas quem é que disse o contrário?

O Orador: Quem a ouviu ler a cronologia toda dos factos ficou com a ideia de que o Bloco paira na estratosfera da política...

Deputada Zuraida Soares (BE): Olhe que não, olhe que não paira! Se pairasse o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já tinha pairado, já tinha aterrado!

O Orador: ... e depois há uns senhores que governam e não fazem nada do que deviam fazer.

Eu também podia vir para aqui fazer esse debate, mas não é esse debate que tem que ser feito.

O que interessa agora garantir é que a nossa voz, o facto de falarmos de forma focada, harmónica e empenhada na defesa daquilo que queremos para a nossa terra, o facto de decidirmos em conjunto, de forma solidária, que este é um objetivo e uma necessidade dos açorianos, é isso que nos devia unir e é sobre isso que nós gostávamos que fosse este debate.

Portanto, releituras do passado todos temos as nossas. A atribuição de culpas todos nós conseguimos fazer umas vezes a um, outras vezes a outro.

Deputado Luís Maurício (PSD): Diga isso ao Sr. Deputado José San-Bento!

O Orador: Não é esse o objetivo. O objetivo é ultrapassar, porque, nós, para termos uma posição favorável a esta iniciativa (nós, bancada parlamentar do PS) tivemos que ultrapassar uma série de – como é que eu vou dizer?! – afirmações desagradáveis que estão na iniciativa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Quais? Quais?

O Orador: Tivemos que as encarar!

Deputado Luís Maurício (PSD): Diga lá quais são?

O Orador: Tivemos que fingir que não as víamos.

Mas por que é que nós fazemos isso? Fazemos isso porque estamos focados no supremo interesse dos açorianos e da Região,...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... que é garantir um Estabelecimento Prisional para Ponta Delgada em condições. Um novo Estabelecimento Prisional para Ponta Delgada!

Portanto, da mesma maneira que fizemos isso, o que esperamos é reciprocidade. Façam um esforço semelhante. Esqueçam esse tipo de questiúncula e vamos para a frente, vamos fazer solidariamente este esforço em nome do povo açoriano.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para responder às questões que me foram colocadas pelo Sr. Deputado Luís Maurício e pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

Relativamente às diligências do Governo nos Açores, eu referia-as na minha primeira intervenção. O Governo fez aquilo com que se comprometeu, ou seja, identificar e desenvolver todos os procedimentos para a cedência de um terreno que possa ter a localização do novo Estabelecimento, no caso de São Miguel.

Também dizer o seguinte, Sras. e Srs. Deputados:

Neste processo de cedência, há questões que têm a sua complexidade. Nós tivemos que fazer um levantamento topográfico do terreno, tivemos que tirar fotografias aéreas, tivemos que remeter toda essa informação para o Governo da República, tivemos que verificar o conjunto de inertes que estão nesse terreno, a sua remoção e a sua localização.

Nós estamos a falar de uma extensão muito significativa. Portanto, todo este processo demora tempo.

Houve um conjunto de visitas de elementos da IGF precisamente para aferir a localização do terreno, as suas condições, etc., etc., etc....

Isto não se faz decidindo que será naquele terreno. E, portanto, vamos a isso, em frente. Sabem bem que não é assim que isto se processa.

Portanto, quanto às diligências do Governo dos Açores, nós fizemos aquilo que nos competia, fizemos aquilo com o qual nos comprometemos publicamente, quer também na declaração conjunta entre o Governo dos Açores e o Governo da República e fica muito claro também o seguinte:

Sr. Deputado Luís Maurício, não posso deixar de lhe dizer que isto é uma instituição política. Nós discutimos política e fazemos todos política nos diferentes cargos que desempenhamos a favor dos nossos concidadãos.

É isso que faz o PS, é isso que faz o Governo e eu acredito que é isso que faz o PSD e fazemos todos nós.

Há, nesta questão uma questão que nos une, que é a necessidade de termos rapidamente o Estabelecimento Prisional de São Miguel feito. Agora, Sr. Deputado, eu depreendo da sua última intervenção que afinal o problema já não é haver ou não haver Estabelecimento, haver ou não haver terreno, mas é afinal a existência ou não do tal plano funcional.

Isso terá que perguntar ao Governo da República e à Direção-Geral dos Serviços Prisionais.

Portanto, eu acredito que esta questão nos une, eu acredito que esta questão é importante, mas Sr. Deputado, não posso deixar de lhe dizer que não pode branquear o passado com tamanha irresponsabilidade que o seu partido teve quando esteve no Governo na República e não conseguiu também resolver esta questão.

Deputado Luís Maurício (PSD): Diga ao líder parlamentar do seu partido! Está a dizer o contrário do que ele disse!

O Orador: Portanto, o mundo não começou no dia das eleições regionais em 2016. Há um passado, que no debate político tem obviamente que ser lembrado e tem obviamente que ser tido em conta na discussão política que todos fazemos aqui neste Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Hoje é o dia de se desautorizarem uns aos outros!

O Orador: Portanto, aquilo que na nossa perspetiva é importante, é que o Governo dos Açores fez aquilo que lhe competia, fez aquilo com que se comprometeu com o Governo dos Açores e espera, conforme já foi tornado público pela Sra. Ministra, que a muito curto prazo possamos ter a obra a decorrer, todos os procedimentos administrativos ilegais salvaguardados e até ao final da legislatura o Estabelecimento Prisional de São Miguel.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores deram o terreno, mas não sabem bem o que lá vai ser feito!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Secretário Regional, em primeiro lugar queria registar a contradição entre aquilo que foram as suas afirmações, as afirmações do líder da bancada do Partido Socialista que suporta o Governo da qual V. Exa. faz parte, porque as suas declarações entram em absoluta consonância com a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado André Bradford (PS): O senhor agora é comentador das intervenções dos outros!

O Orador: O Sr. Deputado André Bradford orientou aqui, e peço desculpa de lhe dizer, demagogicamente a sua intervenção,...

Deputado André Bradford (PS): Não me ofende nada!

O Orador: ... no sentido de dizer que o que era importante era olhar para o futuro, resolver a questão e branquear o passado.

Deputado André Bradford (PS): Não disse branquear!

O Orador: Esquecer o passado!

Deputado André Bradford (PS): Ah!...

O Orador: Mas aquilo que o Sr. Deputado José San-Bento na sua primeira intervenção aqui fez foi precisamente relembrar o passado, o passado que lhe deu jeito relembrar.

Aqui, tal e qual como o Sr. Secretário Regional da Presidência. Veio chamar aqui a este plenário situações passadas. Portanto, eu diria numa expressão muito simples: entendam-se!

Mas, Sr. Deputado André Bradford, eu estou consigo em relação àquilo que importa, que é, na realidade não fazer discursos redondos, não fingir que se decide, mas não se faz nada. É preciso decidir e fazer, concretizar aquilo que se diz, e é isso que os açorianos estão à espera que se faça.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor agora está mais convicto!

O Orador: Voltando à intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência, eu vou justificar-lhe mais uma vez o teor das minhas perguntas, porque, Sr. Secretário Regional, ou os senhores acham que fazer o levantamento topográfico de um terreno, retirar a bagacina que lá está, é suficiente para fazer um estabelecimento prisional...

Deputado Francisco César (PS): Não só é suficiente, como é necessário!

O Orador: ... ou então a conclusão a que nós chegamos é que o Governo Regional não sabe nada daquilo que se passa, a não ser entregar um terreno.

Eu vou reler aquilo que o Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais disse a 13 de setembro de 2016:

«Aquilo que nós temos andado a fazer ao longo destes meses e que vai ser concluído com uma visita que vai ser feita dentro de dias, ainda este mês [setembro de 2016], de uma equipa grande da minha casa, é fechar essa

primeira fase”, garantiu Celso Manata, à margem da tomada de posse do diretor da prisão, em Ponta Delgada.

Celso Manata explicou que “até ao final deste mês ficará fechado” aquilo que se pretende para a nova cadeia, com a definição das suas características, nomeadamente se será “um estabelecimento para 300 indivíduos,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Trezentos? Não!

O Orador: ... para homens, para pessoas de regime comum”.»

Deputada Zuraida Soares (BE): São Quatrocentos!

O Orador: Sr. Secretário Regional, então o Diretor-Geral dos Serviços Prisionais afirma isso em setembro de 2016, afirma na mesma comunicação que vai reunir com o Governo à tarde sobre as características do Estabelecimento Prisional e os senhores não sabem de nada? Os senhores não sabem que valências é que vai ter o Estabelecimento Prisional?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas quem é que disse que “os senhores não sabem de nada”?

O Orador: Eu perguntei-lhe e o senhor não respondeu. O senhor em aparte disse-me que “agora o Governo Regional é que tinha que saber do plano funcional?”. Então o Governo Regional está à margem de tudo aquilo que são as características do Estabelecimento Prisional de São Miguel.

E já agora pergunto-lhe, porque as informações são contraditórias, entre aquilo que são as afirmações da Sra. Ministra, aquilo que é o relatório dos serviços de justiça e aquilo que são as múltiplas afirmações do Dr. Celso Manata.

Afinal, o número de reclusos qual vai ser? Trezentos? Quatrocentos? Quinhentos? Seiscentos?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Era aí que o senhor queria chegar!

O Orador: Vão ser os suficientes para congregar os que já estão no Estabelecimento Prisional mais os outros que estão na Madeira e no Continente, dispersos pelos diversos Estabelecimentos?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Era aí que o senhor queria chegar!

O Orador: Responda-me Sr. Secretário Regional.

Está o Governo Regional ou não na posse desses elementos, porque se não está, está à margem de todo o processo e limitou-se apenas e só, sem saber o que vem a seguir, a ceder um terreno.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, uma vez que fui várias vezes interpelado, eu concordo com uma visão prospetiva deste problema que, aliás, o meu líder parlamentar aqui expressou e muito bem.

Deputado Luís Maurício (PSD): Prospetiva ou retrospectiva?

O Orador: Prospetiva!

Deputado Luís Maurício (PSD): Ah! Prospetiva!...

O Orador: Ó Sr. Deputado, como diria o outro: prospetiva, olhando para a frente; não retrospectiva, olhando para trás.

Agora há aqui questões que eu gostava de esclarecer. Primeiro, eu acho que, de facto, como eu referi, este processo tem mais de 20 anos e há aspetos aqui que são importantes salientarmos, independentemente de, de facto, o que interessa é nós aprovarmos esta Resolução, todos fazermos força para que o processo se desenvolva, mas há aspetos aqui do passado que são valorizados e eu, para ser ser franco, acho que alguns deles devem ser valorizados.

Sr. Deputado Luís Maurício, eu não perco tempo com provocações. Acredite que se dei a entender isso, pois é problema meu, mas não foi essa a minha intenção.

Com certeza que o senhor fez referências absolutamente corretas a 2007. Isso pode não interessar a muitas pessoas, mas o que eu acho é que a causa da troika e o Governo do PSD e do CDS tiveram este pretexto para servir um propósito centralista levando uma governação que prejudica muito os Açores.

Portanto, não vou aqui aprofundar mais esta questão. Basta ver o famigerado relatório sobre a RTP Açores que é uma prova claríssima daquilo que eu referi. Gostava também de dizer, Sr. Deputado, em relação às queixinhas ao Sr. Presidente da República, que o senhor fala numa questão que é uma exceção.

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma exceção?!

O Orador: Sim, sim. Da parte do Partido Socialista.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sr. Deputado, vamos a mais exceções!

O Orador: E o que é bom que se perceba é que o PSD,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): daquelas que são uma exceção à regra!

O Orador: ... (Sr. Deputado se me permitir) tem uma prática, aliás, já muita antiga. Eu lembro-me do Dr. Costa Neves ir reunir com o Sr. Presidente da República, fazer queixas, que havia asfixia democrática nos Açores, e depois nas eleições foi o que foi.

Deputado André Bradford (PS): Bem lembrado!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, era destas questões que eu me referia.

Quanto ao Bloco de Esquerda, Sra. Deputada, eu penso que o Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares foi muito claro em relação à questão do investimento da obra em si.

Eu acho, sinceramente, que com estes desenvolvimentos importantes que já foram aqui relatados, com a escolha do terreno, a cedência do terreno, é óbvio que agora estamos em condições de considerar o processo noutra patamar. Aliás, quando eu disse que em dois anos fizemos mais do que o PSD fez em cinco, tinha precisamente a ver com esses desenvolvimentos, dos quais, Sra. Deputada, e com isso eu termino, também faz parte uma verba muito importante destinada à conservação dos Estabelecimentos Prisionais que nós estamos em crer que irão contemplar o Estabelecimento de Ponta Delgada, porque, de facto, há atrasos em relação a essas obras e a esses compromissos e isso é um facto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD fará chegar à Mesa o elenco dos compromissos assumidos pelo Governo Regional relativamente ao Centro Tutelar Educativo, precisamente para clarificar o Sr. Deputado San-Bento quanto ao passado.

Gosta muito de invocar o passado com o meu. Eu tenho muito orgulho no meu passado, presente, por isso é que estou aqui nesta bancada.

Já o senhor vai ficar muito preocupado com o passado quando vir o rol de promessas não cumpridas e faremos chegar o elenco das mesmas.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Depois de rececionado, será então distribuído.

Sr. Deputado André Bradford para uma intervenção.

Deputado André Bradford (PS): Se ainda for possível.

Presidente: É possível, claro que sim.

Deputado André Bradford (PS): Obrigado.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu, por minha culpa, com certeza, creio ter sido mal interpretado numa intervenção que fiz anteriormente.

Eu disse que é natural que o debate se comece e tenha um período em que se faça daquela forma.

O que eu disse também é que era chegada a altura de focarmos a nossa atenção e as nossas preocupações políticas no essencial e não, por exemplo, fazermos interpelações...

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: ... a dizer que vamos entregar um historial das asneiras ou dos erros,...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Eu não falei em asneiras!

O Orador: ... ou das omissões do outro partido, porque nós não temos culpa nenhuma, os outros é que têm a culpa toda. Era exatamente isso que eu estava a dizer que não se devia fazer em prol da causa comum.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A parte das asneiras a interpretação foi sua!

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Falei dos direitos destes menores!

O Orador: Portanto, o que eu quis salientar foi que era preciso fazer um esforço. A resposta que eu obtive foi que os senhores não querem fazer esse esforço.

Pois tenho pena. Não fui suficientemente convincente, mas os açorianos logicamente, aqueles que seguem estas coisas, percebem o esforço que cada um fez e de que lado poderá estar a maioria da razão, sendo que isso não é o mais relevante, volto a dizer. O mais relevante é conseguimos garantir que este processo é impulsionado e chega à sua concretização para bem de nós todos.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter...

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, para me inscrever.

Presidente: Sr. Deputado, já estamos a votar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não faltará oportunidade.

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos assim este ponto da nossa Agenda.

Sr. Deputado Luís Maurício pede a palavra para?

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma declaração de voto.

Presidente: Uma declaração de voto, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Ainda bem que mais uma vez esta Casa se uniu à volta daquilo que são objetivos (e por iniciativa do PSD) que são percebidos, queridos e desejados por todos os açorianos: solicitar por via de uma pronúncia desta Casa ao Governo da República que inscreva no Orçamento de Estado de 2018 as verbas necessárias ao início da concretização da construção do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, das obras do Estabelecimento Prisional da Horta e da construção de um Centro Tutelar Educativo.

Ficou ao longo dessa discussão, de forma transparente, refletiva no debate, o facto de, tendo cedido um terreno para o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, que é premissa fundamental para a sua construção, naturalmente, (e foi pena que tanto tempo tenha levado), que o Governo Regional desconhece o plano funcional...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade!

O Orador: ... do Estabelecimento Prisional e desconhece a capacidade do futuro Estabelecimento Prisional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade! Sra. Presidente...

Isto chama-se cobardia política! O senhor sabe que o Governo não pode falar!

Deputado Francisco César (PS): Nem é uma declaração de voto!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E quando pode falar não fala!

O Orador: Estamos aqui unidos em relação ao futuro, como disse o Sr. Deputado André Bradford. Espero que este instrumento mais uma vez aqui aprovado, a pronúncia da Assembleia Regional, sirva de um instrumento eficaz para levar à concretização efetiva aquilo que se pretende do conteúdo deste Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer o óbvio e para relembrar o importante.

Nós votamos a favor desta proposta, porque quer no juízo de mérito que fizemos, quer no juízo de oportunidade, reconhecemos relevância ao que foi aqui proposto e por isso mesmo votámos sem convicção a favor, porque consideramos que ela defende os interesses da Região.

Agora uma coisa é apoiarmos a parte resolutiva desta resolução, outra coisa bem diferente é alinharmos nos considerandos que ela apresenta...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e neste particular penso que foi muito claro durante o debate que o PS não o faz e, portanto, se esses considerandos relevassem para a nossa posição, não teríamos apoiado esta Resolução.

Também já agora Sr. Deputado, permita-me que lhe diga, que não é correto, para não usar outra expressão, a abordagem e a conclusão que retira, numa fundamentação de uma declaração de voto, em relação ao plano funcional do futuro Estabelecimento Prisional.

Se o senhor tem tanta curiosidade sobre estas questões que colocou pois vai ter que utilizar outra figura regimental...

Deputada Mónica Seidi (PSD): O Governo não responde!

O Orador: ... aqui, interpondo o Governo, ou então solicitando um requerimento ao Governo, como é óbvio.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo que não há mais inscrições para declaração de voto.

Encerramos assim este nosso ponto da Agenda e vamos avançar para o nosso último ponto que é a **eleição do Representante da ALRAA na Comissão de Análise e Acompanhamento do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada – PROMEDIA 2020.**

Eu peço aos funcionários da Assembleia que possam distribuir os boletins de voto.

Sras. e Srs. Deputados, a proposta que deu entrada na Mesa dá a indicação da Sra. Deputada Graça Silva como representante da Assembleia no PROMEDIA 2020.

Depois de distribuídos os boletins de voto o Sr. Secretário da Mesa vai fazer o favor de fazer a chamada para que os votos sejam colocados na urna.

(Neste momento procedeu-se à distribuição dos boletins de voto pelos Srs. Deputados)

Presidente: Agradeço então que procedam à inscrição da vossa intenção de voto, uma vez que se vai dar início à chamada.

(Neste momento procedeu-se à chamada dos Srs. Deputados e posteriormente à contagem os votos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. O artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional que regula o PROMEDIA 2020, estipula no seu n.º 1, nomeadamente na sua alínea d), que “o Representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tem que ser eleito por

maioria de dois terços dos Deputados em efetividade de funções”, significa que tem que ser eleito com 38 votos a favor, o que não aconteceu.

Conjugando este articulado com o nosso Regimento, aquilo que a Mesa propõe fazer é a segunda votação, que é isto que tem que ser feito, para se alcançar esta maioria de dois terços na eleição do Representante ao PROMEDIA 2020.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Para perguntar se não é possível termos conhecimento de quantos votos é que foram alcançados?

Presidente: Sim, eu posso pedir à Sra. Secretária para anunciar a votação.

Secretária: Relativamente à votação, deram entrada 54 votos na urna: 37 sim, 13 não e 4 abstenções.

Presidente: Sendo assim, eu peço aos senhores funcionários da Assembleia que voltem a distribuir os boletins de voto para fazermos uma nova votação. Os dois terços são 38 votos. Tem 37.

(Neste momento procedeu-se à distribuição dos boletins de voto pelos Srs. Deputados)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos proceder à chamada.

(Neste momento procedeu-se à chamada dos Srs. Deputados e posteriormente à contagem os votos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vou pedir à Sra. Secretária da Mesa o favor de anunciar a votação.

Secretária: Para a eleição do Representante da Assembleia na Comissão de Análise e Acompanhamento do PROMEDIA 2020, deram entrada 54 boletins de voto, tendo-se apurado o seguinte resultado: sim, 38; não, 15; abstenção 1.

Presidente: Sendo assim, está eleita a Sra. Deputada Graça Silva enquanto Representante desta Assembleia na Comissão de Análise do PROMEDIA 2020 e está também encerrada a nossa Agenda.

Sras. e Srs. Deputados, vou passar a ler a Proposta de Deliberação Final:

“As Sras. e os Srs. Deputados declaram findo o período legislativo de outubro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação Final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão também encerrados os nossos trabalhos.

Uma boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

Eram 17 horas e 22 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

Listagem da correspondência

1 – Propostas de Lei:

Assunto: Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018 – n.º 99/XIII/3.^a (GOV) - n.º 118/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 10 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 02;

Assunto: Aprova o Orçamento do Estado para 2018 – n.º 100/XIII/3.^a (GOV) - n.º 119/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 10 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 02.

2 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece o Porta de Entrada-Programa de Apoio ao Alojamento Urgente - MA - (Reg. DL. 388/2017) - n.º 51/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 10 – 13

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 02;

Assunto: Estabelece o regime especial de afetação de imóveis do domínio privado da administração direta e indireta do Estado ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado - MA - (Reg. DL. 394/2017) - n.º 52/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 10 – 13

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 02;

Assunto: Altera o regime legal de concessão e emissão dos passaportes - MAI - (Reg. DL 196/2017) - n.º 53/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 10 – 17

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 26;

3 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Desafeta do regime florestal parcial uma parcela de terreno localizada no núcleo florestal das Fontinhas, freguesia de S. Brás, concelho da Praia da Vitória](#) - n.º 11/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 15.

4 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Ultraperiferia - O Instrumento Europeu Para Políticas Diferenciadas nos Açores](#) - n.º 55/XI

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2017 – 10 – 17

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 20.

5 – Requerimentos:

Assunto: [Contentores de frio e manutenção da embarcação "Lusitânia"](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 16

Referência: 54.07.00 – N.º 321/XI;

Assunto: [Respeito e apoio da SATA aos passageiros - Alunos da Escola Secundária Manuel de Arriaga dormem no chão do Aeroporto de Lisboa](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 17

Referência: 54.03.07 – N.º 322/XI;

Assunto: [Infraestruturas para a agricultura - captação do Cabeço Pequeno](#)

Autores: Marco Costa, Jorge Jorge e António Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 17

Referência: 54.03.06 – N.º 323/XI;

Assunto: [Majoração atribuída às equipas de basquetebol que militam nos Campeonatos Nacionais de Basquetebol, no âmbito do RJAMAD](#)

Autor: Monica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 19

Referência: 54.03.03 – N.º 324/XI.

6 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Qual o ponto da situação da implementação do sistema RISE no aeroporto da Horta?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 13

Referência: 54.03.07 – N.º 164/XI;

Assunto: [Ampliação da Placa de Estacionamento de Aeronaves na Aerogare Civil das Lajes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 13

Referência: 54.01.03 – N.º 261/XI;

Assunto: [Abandono da Rota Lajes-Porto pela Azores Airlines](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 13
Referência: 54.03.03 – N.º 270/XI;

Assunto: [Azores Airlines pondera abandonar rota Terceira-Porto](#)
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 10 – 13
Referência: 54.01.03 – N.º 271/XI;

Assunto: [Continuam os problemas operacionais no Aeroporto da Horta](#)
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 10 – 13
Referência: 54.03.07 – N.º 274/XI;

Assunto: [Parque Arqueológico do Slavonia](#)
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 10 – 13
Referência: 54.04.08 – N.º 295/XI;

Assunto: [Projeto de construção de novos navios para o transporte marítimo de passageiros, viaturas e mercadorias inter-ilhas](#)
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 10 – 17
Referência: 54.01.00 – N.º 225/XI;

Assunto: [Reforço de lugares nas ligações aéreas com o Faial](#)
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 10 – 17
Referência: 54.03.07 – N.º 277/XI;

Assunto: [Valeta da estrada de Ponta Delgada, Flores](#)
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 10 – 17
Referência: 54.04.08 – N.º 299/XI;

Assunto: [Trilhos turísticos em mau estado afetam empresários](#)
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 10 – 18
Referência: 54.03.08 – N.º 241/XI;

Assunto: [Plano Geral da Juventude](#)
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 10 – 18

Referência: 54.03.00 – N.º 292/XI.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Email a remeter o Regimento do Conselho de Opinião da RTP

Proveniência: José Lourenço

Data de Entrada: 2017 – 10 – 10;

Assunto: Remessa de relatório de auditoria aprovado n.º 12/2017-FS/SRATC (Ação n.º 16-209FS2)

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores

Data de Entrada: 2017 – 10 – 13;

Assunto: Ofício a solicitar a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 54/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, a Cadeia de Apoio da Horta e a criação de um Centro Tutelar Educativo nos Açores” – com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2017 – 10 – 13;

Assunto: Ofício a agradecer o envio dos Votos de Pesar pelo falecimento do Dr. Francisco Luís Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa

Proveniência: Ir. Vítor Manuel Lameiras Monteiro, Superior Provincial da Ordem Hospitaleira de São João de Deus, Província Portuguesa

Data de Entrada: 2017 – 10 – 13;

Assunto: Ofício a remeter o parecer do Conselho Económico e Social sobre as Grandes Opções do Plano para 2018

Proveniência: Gilberta Rocha

Data de Entrada: 2017 – 10 – 18;

Assunto: Ofício a solicitar a apresentação do Projeto de Resolução n.º 55/XI - Ultraperiferia - O Instrumento Europeu Para Políticas Diferenciadas nos Açores

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2017 – 10 – 18;

8 - Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de outubro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 10 – 13;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do deputado Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 10 – 16;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de outubro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 10 – 17;

Assunto: [Projeto de Decreto-Regulamentar que regula as condições de organização e funcionamento da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica - MADJ - \(Reg. DR 302/2017\) – n.º 46/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 10 – 16;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de outubro](#)

Proveniência: [Comissão de Economia](#)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 16.

As redatoras: *Sónia Isabel Maciel Nunes e Maria da Conceição Fraga Branco*